

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

INGRIDD RAPHAELLE ROLIM GOMES

A INTENÇÃO FEMININA DE PERMANECER EM UM RELACIONAMENTO
ABUSIVO

MACEIÓ

2018

INGRIDD RAPHAELLE ROLIM GOMES

A INTENÇÃO FEMININA DE PERMANECER EM UM RELACIONAMENTO
ABUSIVO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas como requisito para obtenção do grau de mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Sheyla C. S. Fernandes

MACEIÓ

2018

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Janis Christine Angelina Cavalcante

G633i Gomes, Ingrid Raphaelle Rolim.

A intenção feminina de permanecer em um relacionamento abusivo / Ingrid Raphaelle Rolim Gomes. – 2018.

95 f.

Orientadora: Sheyla Christine Santos Fernandes.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Maceió,
2018.

Bibliografia: f. 76-83.

Anexos: f. 84-95.

1. Relacionamento abusivo 2. Teoria da ação planejada. 3. Mulheres. I. Título

CDU: 159.9.016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGP

TERMO DE APROVAÇÃO

INGRID RAPHAELE ROLIM GOMES

Título do Trabalho: **“A intenção feminina de permanecer em um relacionamento abusivo”**.

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Sheyla Christine Santos Fernandes (PPGP/UFAL)

Examinadores:

Prof. Dr. Jorge Artur Peçanha de Miranda Coelho (UFAL)

Prof. Dr. Elder Carneiro Santos (UFS)

Maceió - AL, 28 de março de 2018.

Dedicatória

Dedico este trabalho, primeiramente, às mulheres dedicadas a luta por igualdade, sem as quais eu teria meus direitos minorados.

Às mulheres vitimadas pela violência, independente de tipificação. Às que não se calaram, para dar visibilidade a este problema. E as que perderam suas vozes, para ensinar sobre o respeito as outras.

Ao meu pai, Silvio Gomes, sem o qual eu não conheceria tanto sobre amar incondicionalmente, sobre ser honesta com a vida, me incentivando a lutar sempre por mais e enfrentar todo e qualquer obstáculo, com a cabeça erguida.

À minha mãe, Cledja Gomes, que sempre me cuidou, amou e protegeu e sem a qual eu não conheceria tanto sobre ser forte, enfrentar as adversidades com sabedoria e subir cada vez mais degraus nessa longa escadaria da vida.

Ao meu namorado, Welberth Ribeiro, por ser o abraço que me conforta, o abraço que comemora comigo, impulsionando-me a alçar voos ainda maiores.

À minha família Ferreira Gomes, que com sua grandiosidade e diferença me permite ser mais e melhor, além de me ensinar sobre a diversidade e união.

À minha família Rolim, em nome do seu patriarca, que me ensinou sobre erros e as lições que deles podem advir.

Aos meus colegas de mestrado, por segurarem minhas mãos quando pensei em desistir.

Aos meus mestres, que tão brilhantemente conseguem ensinar-me sobre a Psicologia em suas diversas faces e fazem de mim, certamente, uma profissional mais humana e comprometida.

A todos esses e essas que acrescentam tanto em minha jornada pessoal e profissional, dedico todo este trabalho.

Querer ser livre é também querer livres os outros.

Simone de Beauvoir

Sumário

Lista de Tabelas	8
Lista de Figuras	9
Lista de Abreviatura e Siglas	10
Resumo	11
Abstract	12
Introdução	13
Capítulo 1	15
A Permanência de Mulheres em Relacionamentos Abusivos à luz da Teoria Da Ação Planejada	15
Resumo	15
Abstract	15
Introdução	16
Teoria da Ação Planejada (TAP)	19
TAP e a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos	20
Método	21
Resultados e Discussão	22
1. <i>The decision to leave an abusive relationship: empirical evidence and theoretical issues</i>	25
2. <i>A critical review of theories to explain violent relationship termination: implications for research and intervention</i>	28
3. <i>Leaving an Abusive Dating Relationship: A Prospective Analysis of the Investment Model and Theory of Planned Behavior</i>	32
Conclusões	35
Capítulo 2	37
Reflexões femininas sobre a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos	37
Resumo	37
Abstract	37
Introdução	38
Teoria da Ação Planejada	39
Método	42
Resultados e Discussão	44
Caracterização das Classes	45
Análise de Similitude	50

Conclusões	51
Capítulo 3.....	54
Intenção Feminina de Permanecer em um Relacionamento Abusivo: Elaboração e evidências de validade.....	54
Resumo.....	54
Abstract.....	54
Introdução	55
Teoria Da Ação Planejada	56
Construção e Validação de Escala.....	57
Método	58
Construção do Instrumento acerca da Permanência de Mulheres em Relacionamentos Abusivos	58
Participantes	60
Procedimentos	61
Análise dos Dados	61
Resultados e Discussão.....	61
O que é um relacionamento abusivo?.....	61
Validação da AMPRA.....	65
Análises da intenção em permanecer em um relacionamento abusivo.....	68
Conclusões	71
Conclusões	73
Referências	76
Anexos	86
Termo de Consentimento Livree Esclarecido.....	87
Instrumento do Estudo I	90
Instrumento do Estudo II	91
Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa UFAL	95

Lista de Tabelas

Capítulo 1

Tabela 1 - Descrição quantitativa dos resultados da busca nas bases de dados.	24
Tabela 2 - Descrição quantitativa dos artigos selecionados a partir da leitura dos títulos.....	24
Tabela 3 – Documentos selecionados após leitura dos títulos.	25
Tabela 4 – Títulos de artigos que utilizaram a TAP/TCP para explicar o comportamento de permanecer em um relacionamento abusivo.....	26

Capítulo 3

Tabela 1 - Análise Fatorial Exploratória, Média (DP) das dimensões da Escala AMPRA	65
Tabela 2 - Correlações entre os construtos da teoria e as variáveis sociodemográficas	68
Tabela 3 - Análise de Regressão Hierárquica.	68

Lista de Figuras

Capítulo 2

Figura 1 – Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente com as partições e conteúdo do corpus da pesquisa. 46

Figura 2 – Análise de Similitude52

Capítulo 3

Figura 1 – Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente com as partições e conteúdo do corpus da pesquisa. 62

Lista de Abreviatura e Siglas

AFC – Análise Fatorial Confirmatória

AMPRA – Atitude de Mulheres sobre a Permanência em Relacionamentos Abusivos

AT - Atitude

CAAE - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CC – Controle Comportamental

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CHD – Classificação Hierárquica Descendente

DEAM – Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

DP – Desvio Padrão

IES – Instituição de Ensino Superior

IN - Intenção

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IRAMUTEQ - Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires

KMO - Kaiser-Meyer-Olkin

M – Média

NS – Norma Subjetiva

OMS – Organização Mundial de Saúde

SINAN – Sistema de Informações e Agravos de Notificação

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

TAP – Teoria da Ação Planejada

TAR – Teoria da Ação Racional

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCP – Teoria do Comportamento Planejado

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

Resumo

A violência contra a mulher apresenta-se em suas mais variadas tipificações e, todas elas, tem evidenciado dados crescentes no Brasil e, no Estado de Alagoas. Aliado a isso, é possível notar uma parcela de mulheres que não denunciam suas experiências de violência e, deste modo, pesquisadores passaram a interessar-se pelo comportamento de permanência em um relacionamento abusivo. Este trabalho objetivou compreender como se dá o processo decisório de manutenção/desistência do relacionamento abusivo, com base na Teoria da Ação Planejada, além de elaborar um instrumento sobre a Intenção Comportamental feminina de permanecer em um relacionamento abusivo. A dissertação é composta por três capítulos, correspondentes a três artigos. No primeiro artigo foram buscados estudos em português, inglês e/ou espanhol em seis bases de dados. Os resultados deste estudo revelam um número inexpressivo de investigações e parece indicar que a aplicabilidade deste tema de estudo, a partir desta teoria, ainda é bastante escassa, apesar de todos os estudos referirem a validade nomológica deste modelo teórico. No segundo artigo foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais com uma amostra de 27 mulheres, entre 18 e 42 anos. Os resultados demonstram as atitudes desfavoráveis das mulheres entrevistadas frente à permanência em relacionamentos abusivos, a pressão social percebida para a execução deste comportamento revela a religião e a família como fatores que podem atuar tanto enquanto proteção quanto risco. E para o controle comportamental percebido, a dependência financeira, dependência emocional e a proteção dos filhos foram os principais fatores apontados como obstáculos para a saída destes relacionamentos. O último estudo realizou-se em duas etapas: (1) análise de crenças para a construção de um instrumento quantitativo; e (2) aplicação desse instrumento. Na primeira etapa, participaram 27 mulheres universitárias e realizou-se através de entrevistas semiestruturadas e, na segunda etapa 874 mulheres universitárias responderam o questionário. Os resultados demonstram que a intenção das mulheres de permanecer em um relacionamento abusivo está associada apenas as normas subjetivas, ou seja, a pressão social percebida, indicando a influência da cultura do patriarcado diante desta decisão. Os resultados desta dissertação são inéditos na literatura brasileira e podem contribuir com a contextualização de políticas públicas mais efetivas no enfrentamento deste fenômeno.

Palavras-Chave: Relacionamento Abusivo; Teoria da Ação Planejada; Mulheres.

Abstract

Violence against women presents in its most varied types, and all of them have evidenced increasing data in Brazil and, in the State of Alagoas. Allied to this, it is possible to notice a portion of women who do not denounce their experiences of violence and, thus, researchers have become interested in the behavior of permanence in an abusive relationship. This study has the objective of understanding how the decision process of maintenance / abandonment of abusive relationship, based on the Theory of Planned Action, takes place, as well as to elaborate an instrument on the Female Behavior of being in an abusive relationship. The dissertation is composed of three chapters, corresponding to three articles. In the first article, studies were searched in Portuguese, English and / or Spanish in six databases. The results of this study reveal an inexpressive number of investigations and it seems to indicate that the applicability of this topic of study, from this theory, is still very scarce, although all studies refer to the nomological validity of this theoretical model. In the second article, individual semi-structured interviews were conducted with a sample of 27 women between the ages of 18 and 42. The results demonstrate the unfavorable attitudes of the interviewed women towards staying in abusive relationships, the perceived social pressure to perform this behavior reveals religion and the family as factors that can act both as protection and risk. And for perceived behavioral control, financial dependence, emotional dependence, and child protection were the main factors identified as obstacles to the exit of these relationships. The last study was carried out in two stages: (1) belief analysis for the construction of a quantitative instrument; and (2) application of this instrument. In the first stage, 27 university women participated and were conducted through semi-structured interviews and, in the second stage, 874 university women answered the questionnaire. The results demonstrate that the intention of women to remain in an abusive relationship is only associated with subjective norms, that is, perceived social pressure, indicating the influence of the culture of the patriarchy against this decision. The results of this dissertation are unpublished in Brazilian literature and may contribute to the contextualisation of more effective public policies in the face of this phenomenon.

Key-Words: Abusive Relationship; Theory of Planned Action; Women.

Introdução

A literatura tem indicado um interesse crescente nos fenômenos que envolvem a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos e tem evidenciado, em especial, a dependência emocional e financeira como principais motivos para o impedimento à saída. É importante referir que a Teoria da Ação Planejada vem sendo utilizada para a compreensão e predição dos mais variados comportamentos, que podem compreender tanto o âmbito da saúde, economia e marketing quanto na agricultura. Do mesmo modo que já foi utilizada para a compreensão da permanência de mulheres em relacionamentos abusivos, entretanto, apenas em contexto internacional, o que justifica a necessidade de ampliar a compreensão para a população brasileira. Apenas quatro estudos investigaram este comportamento a partir da Teoria da Ação Planejada e/ou Teoria da Ação Racional, sendo dois deles de caráter teórico-metodológico e outros dois empíricos. Edwards (2011) afirma que apenas o estudo de Byrne e Arias (2004) o fez. Todos os referidos estudos são internacionais e, nacionalmente, há pouca contribuição referente a esta temática. De modo que se torna justificável o desenvolvimento desta pesquisa.

Este trabalho objetivou compreender como se dá o processo decisório de manutenção/desistência do relacionamento abusivo, com base na Teoria da Ação Planejada, além de identificar as crenças positivas e negativas do comportamento de permanecer em um relacionamento abusivo; definir os referentes modais salientes no comportamento de permanecer em um relacionamento abusivo; identificar as crenças de controle do comportamento de permanecer em um relacionamento abusivo; e elaborar um instrumento sobre a Intenção Comportamental feminina de permanecer em um relacionamento abusivo. Esta dissertação está estruturada em três capítulos, correspondentes a três artigos.

O primeiro capítulo refere-se a etapa bibliográfica desta pesquisa, pontuando sobre considerações gerais acerca da permanência de mulheres em relacionamentos abusivos, assim como os pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Ação Planejada. Esta etapa teve o intuito de identificar, na produção científica, os estudos que se utilizaram da Teoria da Ação Planejada e/ou Teoria

da Ação Racional para investigar a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos e aponta para a escassez de estudos que investiguem este comportamento à luz deste modelo teórico.

O segundo capítulo objetivou analisar as crenças femininas a respeito da permanência de mulheres em relacionamentos abusivos, com base na perspectiva da Teoria da Ação Planejada. Para tanto, apresenta, primeiramente, uma contextualização regional acerca dos crimes cometidos contra a mulher, com ênfase no Estado de Alagoas. Aliado a isso, descreve-se a etapa qualitativa deste estudo que identificou crenças comportamentais, normativas e de controle de mulheres universitárias acerca da permanência de mulheres em relacionamentos abusivos.

E, o terceiro capítulo, que teve o intuito de desenvolver um instrumento capaz de identificar atitudes e crenças de mulheres acerca da permanência em relacionamentos abusivos, assim como avaliar suas propriedades psicométricas, evidencia a etapa quantitativa desta pesquisa, apresentando a elaboração e evidências de validação de uma Escala de Atitudes para Mulheres sobre a Permanência de Mulheres em Relacionamentos Abusivos (Escala AMPRA).

Deste modo, esta pesquisa pode subsidiar a prática profissional, além de contribuir com sugestões para aprimorar o atendimento oferecido a este público, na elaboração de políticas públicas de prevenção e controle eficazes, além de provocar hipóteses para outras investigações.

Capítulo 1

A Permanência de Mulheres em Relacionamentos Abusivos à luz da Teoria Da Ação Planejada

Resumo

Com os índices de violência contra a mulher, em suas mais variadas tipificações, maximizando-se assustadoramente, torna-se crescente os estudos que objetivam compreender os aspectos que envolvem a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos. Este estudo objetivou identificar, na produção científica, os estudos que investiguem a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos, a partir da Teoria da Ação Planejada e/ou da Teoria da Ação Racional. Para tanto, foram utilizados como descritores: *Teoria da Ação Planejada* ou *Teoria do Comportamento Planejado*, combinados com *violência contra a mulher* ou *relacionamento abusivo*, tanto em português, quanto os correspondentes em inglês e espanhol em seis bases de dados. Os resultados evidenciaram que, entre 54 artigos selecionados, apenas 3 compõem a amostra final deste estudo, dois deles eram artigos teóricos e um artigo experimental. O número inexpressivo pode indicar que a aplicabilidade deste tema de estudo, a partir desta teoria, ainda é bastante escassa. Todos os estudos referem a validade nomológica deste modelo teórico. Além disso, os resultados permitem sugerir estudos empíricos que considerem mulheres de diferentes faixas etárias, etnias, escolaridade e classe social, para ampliar as considerações feitas acerca da permanência de mulheres em relacionamentos abusivos.

Palavras-chave: Mulheres; relacionamento abusivo; Teoria da Ação Planejada.

Abstract

Based on the numbers of violence against women, in its most varied ways, maximizing frighteningly, there is a growing number of studies that aim to understand the aspects that involves the permanence of women in abusive relationships. The present study aims to identify, in scientific production, studies that investigate the permanence of women in abusive relationships, based on the Theory of Planned Action and / or Rational Action Theory. For that, were used like descriptors: Planned Action Theory or Planned Behavior Theory, combined with violence against a woman or abusive relationship, both in Portuguese, and correspondents in English and Spanish in six databases. The results show that, among 54 articles selected, only 3 compose a final sample of this study, two of them are theoretical articles and one experimental article. The unimpressive number may indicate that the applicability of this topic of study, from this theory, is still very scarce. All studies refer to the nomological validity of this theoretical model. In addition, the results allow us to suggest empirical studies that consider

women of different age groups, ethnic groups, schooling and social class, to expand the considerations made about the permanence of women in abusive relationships.

Keywords: Women; abusive relationship; Theory of Planned Action

Introdução

Segundo a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2011) homens e mulheres sofrem violência de forma diferenciada, ao passo que homens tendem a serem vítimas nos espaços públicos, as mulheres são atingidas cotidianamente dentro de seus próprios lares, geralmente, por seus companheiros e familiares, como mostram estudos populacionais e em serviços de saúde (SCHRAIBER ET AL, 2002; DESLANDES; GOMES; SILVA, 2000). A violência contra a mulher, de acordo com as Nações Unidas (1993), consiste em quaisquer atos violentos que se baseiem no gênero que provoque, ou tenha probabilidade de provocar, danos físicos, sexuais e/ou psicológicos, incluindo a ameaça para a prática dos referidos atos, a coerção ou privação arbitrária da liberdade em ambiente privado ou público.

Este fenômeno alcança mulheres em diferentes classes sociais, origens, regiões, estados civis, escolaridades, raças, orientações sexuais e idades (BRASIL, 2011). No Brasil, a violência contra a mulher, se apresenta com prevalência elevada e, portanto, essa problemática institui-se como um dos problemas prioritários a ser enfrentado pela saúde pública (SILVA; FALBO; CABRAL, 2009; RAFAEL; MOURA, 2013) e pelos direitos humanos (MOURA ET AL., 2011). Em pesquisa encomendada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2013, relevou-se que 54% dos entrevistados afirmaram conhecer ao menos uma mulher que havia sido agredida por seu parceiro e, 56% declararam conhecer ao menos um homem que havia agredido sua parceira. Além disso, a pesquisa do Instituto Avon e do Datapopular, evidenciou que 56% dos homens reconheceram que já haviam cometido algum ato considerado como violência contra a mulher, a exemplo de empurrar, ameaçar e/ou humilhar em público (DATA POPULAR, 2013; INSTITUTO AVON, 2013).

De acordo com o Mapa da Violência (2015), o Brasil apresenta taxa de 4,8 homicídios para cada 100 mil mulheres, ocupando a 5ª posição num grupo

de 83 países. Apenas El Salvador, Colômbia, Guatemala e a Federação Russa evidenciam taxas superiores às taxas brasileiras. De acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, através do Balanço dos atendimentos registrados pelo Ligue 180, entre janeiro e outubro de 2015, das 63.090 denúncias de violência contra a mulher, 49,82% referiam-se à violência física, 30,40% à violência psicológica, 7,33% à violência moral, 4,86% à violência sexual, 2,19% à violência patrimonial, 1,76% à cárcere privado e 0,53% à violência envolvendo tráfico. Esses atendimentos também revelaram que 77,83% das vítimas possuem filhos/as e que 80,42% desses/as filhos/as presenciaram ou sofreram a violência.

Além de destruir milhares de vidas, a violência contra as mulheres provoca danos físicos, depressão e comportamentos suicidas (BALONE; ORTOLANI IV, 2003). Segundo Pedrosa (2009) os danos da violência sobre a saúde da mulher podem assumir caráter de cronicidade, de modo que exigirá apoio adequado, tanto de profissionais quanto de familiares e amigos. Os dados obtidos no estudo conduzido pela Organização Mundial de Saúde, em 2005, em 10 países, revelaram que os danos à saúde mental foram os mais enfatizados. De acordo com Adeodato et. al. (2005) as mulheres, vítimas de violência, apresentam sentimentos de solidão, desamparo, irritação e tristeza crônica, além de ansiedade, insônia e distúrbios sociais.

De acordo com Marques (2005) normalmente, diante de uma ameaça, a reação de um indivíduo deveria ser a evitação, contudo, no contexto conjugal observa-se a repetição cíclica de ocorrências de violência contra a mulher. Conforme Hirigoyen (2006), ocasionalmente, diferentes situações impedem que as mulheres encontrem alternativas para sair de seus relacionamentos violentos. A violência se inicia com microviolências, que podem ser morais e verbais e, em seguida, evoluem para agressões físicas, de forma que a violência tende a ser naturalizada (HIRIGOYEN, 2006). De acordo com Edwards (2011) entre 31% e 85% das relações abusivas continuam por algum tempo depois do incidente inicial de abuso. Sem ajuda externa, dificilmente a mulher rompe os vínculos com o companheiro violentador (SAFFIOTI, 2004). Segundo Soares (1999) o rompimento do ciclo de violência é um processo demorado e, naturalmente, hesitante. Conjecturar que a denúncia às autoridades competentes revela a definição absoluta de todo o processo é desconhecer este ciclo e desprezar a

dinâmica destas relações (MARQUES, 2005). Os estudos de Lima e Werlang (2011) e de Miranda, Paula e Bordin (2010) mostram que, apesar do registro de mais de uma queixa, as mulheres permanecem com os agressores por, pelo menos, três anos. E, portanto, como enfatizado por Gomes et. al. (2013), quando inseridas nesse contexto, as mulheres tendem ao isolamento, cada vez mais acentuado, e a perda, gradativa, de sua rede de apoio, de forma que as torna ainda mais vulneráveis.

Bell e Naugle (2005) afirmam que muitas teorias têm sido desenvolvidas com o objetivo de explicar os fatores que influenciam a decisão de mulheres, em situação de violência, a permanecerem ou afastarem-se de um relacionamento abusivo. Segundo Soares (2005) o rompimento de uma relação violenta pode durar anos, considerando que muitas mulheres podem continuar com seus companheiros devido à dependência financeira, ao medo de morrer, já que sofrem ameaças, à espera pela mudança do comportamento do companheiro, à vergonha de assumir o fracasso do relacionamento ou à dependência emocional. Kim e Gray (2008) referem a falta de recursos materiais e fatores psicológicos como fatores associados a permanência nesses relacionamentos. Deeke e colaboradores (2009) também encontram resultados semelhantes, revelando que a maioria das mulheres do referido estudo expressavam sentimentos de desvalorização e inferioridade. Na inexistência de fatores econômicos, aspectos como a intimidade e a centralidade da relação, segundo Giordano e colaboradores (2010), podem funcionar como restrições para o término do relacionamento. Já segundo Pazo e Aguiar (2012), muitas mulheres deixam de denunciar por apresentarem a percepção de que a autonomia sobre sua vida não lhes pertence, além disso, algumas acreditam serem culpadas pela violência sofrida e outras sequer percebem-se em situação de violência.

Para além dos fatores supracitados, relacionados às mais diversas perspectivas teóricas, com este trabalho, buscaremos maximizar a compreensão acerca da permanência de mulheres em relacionamentos abusivos à luz da Teoria da Ação Planejada. Portanto, esta pesquisa objetivou identificar, na produção científica, os estudos que investiguem a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos, a partir da Teoria da Ação Planejada e/ou da Teoria da Ação Racional.

Teoria da Ação Planejada (TAP)

Para tratar da Teoria da Ação Planejada, ou Teoria do Comportamento Planejado, é necessário pontuar, primeiramente, sobre a Teoria da Ação Racional (TAR), da qual ela deriva. A TAR desenvolveu-se no campo da psicologia social, em 1967, proveniente de uma série de estudos realizados sobre o construto das atitudes (ROAZZI et al. 2014). De acordo com os pressupostos da TAR, a intenção para realização de determinado comportamento é resultado de uma análise pessoal das possíveis consequências deste comportamento e da percepção de aprovação/reprovação social (D'AMORIM, 2000). Ou seja, a intenção, construto chamado de intenção comportamental, é influenciada por dois determinantes: um pessoal, que diz respeito às atitudes; e um social, denominado norma subjetiva, que revela as pressões sofridas para a realização (ou não) de comportamentos. A atitude, portanto, depende das crenças comportamentais, enquanto a norma subjetiva depende das crenças normativas (AJZEN; FISHBEIN, 1980).

A TAP, que segundo Abraham e Sheeran (2003), é uma extensão da TAR, adiciona uma variável às anteriores, de forma que a partir daqui somamos três variáveis: atitudes, norma subjetiva e percepção de controle comportamental. Ajzen (1991) mencionou três tipos de crenças que se relacionam com cada variável do modelo, as crenças comportamentais e as crenças normativas, aliadas às crenças de controle. Dessa forma, de acordo com Engle e colaboradores (2010), quanto mais fortes forem estas crenças, maior a probabilidade de um indivíduo se comportar de uma maneira específica. Entretanto, vale ressaltar que a relevância dessas crenças varia em função de comportamentos e indivíduos específicos.

Segundo Fishbein e Ajzen (1975) a TAP tem dois objetivos centrais: primeiramente, o interesse em prever e compreender o comportamento, o qual é produto das escolhas conscientes do indivíduo; em segundo lugar, visa indicar a intenção para sua realização. Tal teoria tem ganhado espaço por produzir estudos significativos que explicam a adoção de alimentação saudável (CONNER; NORMAN; BELL, 2002), prática de atividades físicas e de lazer (MACIEL; VEIGA, 2012; ARMITAGE, 2005) e o uso de preservativo entre adolescentes (MATOS; VEIGA; REIS, 2009), por exemplo.

TAP e a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos

Apesar de a literatura apontar diversos estudos que se fundamentam na Teoria da Ação Planejada para analisar diversos comportamentos, de acordo com Edwards (2011), apenas o estudo de Byrne e Arias (2004) utilizou a Teoria da Ação Planejada para averiguar a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos. O estudo de Edwards (2011) objetivou determinar, entre três perspectivas teóricas (Modelo de Investimento, Teoria da Ação Planejada e Modelo Integrado), qual o melhor modelo para explicar as intenções e comportamentos de mulheres para sair de relacionamentos abusivos. De acordo com esta investigação, a Teoria da Ação Planejada apresentou melhor ajuste aos dados. A partir desta teoria, atitudes mais positivas acerca do término do relacionamento e maior pressão social percebida para deixar o parceiro foram significativa e positivamente relacionadas com a intenção de deixar o parceiro. Esses resultados diferem dos de Byrne e Arias (2004), em que atitudes e controle comportamental foram relacionados, embora as normas subjetivas não fossem. Entretanto, essas diferenças talvez sejam explicadas pelas divergências sociodemográficas das mulheres dos estudos, sendo mulheres universitárias e mulheres agredidas que procuraram ajuda de instituições comunitárias, respectivamente.

O estudo de Byrne e Arias (2004) realizou-se nos Estados Unidos da América com 48 mulheres residentes em um abrigo para mulheres agredidas. O tempo médio de institucionalização das participantes dessa pesquisa foi de 15,4 dias e, tinham, em média, 35,6 anos de idade. Desta amostra, 90% estavam desempregadas, apesar de 77% delas já terem sido empregadas antes. 85% das participantes relataram a conclusão do ensino médio e 56% delas afirmaram ter recebido algum auxílio financeiro do governo. O tempo de suas relações, em média, foi de 3,8 anos. As autoras utilizaram o Conflict Tactics Scales-2 (CTS2), que é uma escala de auto relato para avaliar as medidas com as quais os parceiros lidam com os conflitos de seus relacionamentos. Esta escala contém 39 itens, que incluem negociação, agressão psicológica, agressão física e coerção sexual. Posteriormente, construíram um questionário para avaliar os componentes da Teoria da Ação Planejada a partir da escala *Likert* de sete pontos. Os questionários foram aplicados por um membro da

equipe da instituição e as participantes receberam 25 dólares em troca de sua participação neste estudo. Os resultados deste estudo evidenciaram que apenas duas correlações foram significativas: entre agressão física e norma subjetiva ($r = 0,24$, $p = 0,06$) e entre injúria física e norma subjetiva, além disso, as variáveis demográficas não se relacionaram significativamente com a intenção para abandonar o relacionamento abusivo. A atitude e a norma subjetiva responderam por 56% da variância de intenção, ao passo que a adição da variável da percepção de controle comportamental permitiu uma ampliação da capacidade de previsão da TAP, chegando a 69%. Entretanto, é importante referir que a amostra pequena (48 mulheres) pode indicar uma possibilidade elevada de falso negativo e de poder reduzido da estatística.

Deste modo, o presente estudo objetiva identificar, na produção científica, os estudos que investiguem a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos, a partir da Teoria da Ação Planejada e/ou da Teoria do Racional, para que seja possível ampliar as conclusões acerca da permanência de mulheres em relacionamentos abusivos segundo a TAP.

Método

Realizou-se uma busca em 6 bases de dados, a saber: Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), Pubmed, PsycInfo – American Psychological Association, PsycArticle - American Psychological Association, Lilacs (Brasil, América Latina e Caribe) e Index Psi, em março de 2017, sem restrição de data. As bases de dados acima citadas foram escolhidas por integrarem, quase totalmente, a produção psicológica indexada.

Os descritores utilizados foram *Teoria da Ação Planejada* ou *Teoria do Comportamento Planejado*, combinados através das conjunções e/ou com *violência contra mulher* ou *relacionamento abusivo*. Além dos termos em língua portuguesa, foram buscados também em língua inglesa (*Theory of Planned Action* ou *Theory of Planned Behavior*, combinados das conjunções *and/or* com *violence against woman* ou *abusive relationship*) e espanhola (*Teoría de la Acción Planeada* ou *Teoría del Comportamiento Planeado*, combinados das conjunções *y/o* com *violencia contra la mujer* ou *relación abusiva*).

O procedimento para seleção dos estudos incluiu: 1) análise dos títulos e 2) análise dos resumos. De modo que, apenas os artigos que possuísem em seus títulos um dos descritores, foram selecionados. E, posteriormente, analisados, através de seus resumos, para identificar quais tratavam do tema estudado aliado com a perspectiva teoria da TAP/TCP. E, finalmente, a partir da segunda seleção, os estudos foram submetidos a análise na íntegra.

Os critérios de inclusão foram: a) tratar-se de artigo científico; b) estar disponível para acesso completo; e c) conter um dos descritores no título.

Resultados e Discussão

A busca inicial nas bases de dados gerou um total de 4.599 documentos (TABELA 1). Na base de dados *Scielo* foram encontrados 1455 artigos. Destes, 230 foram encontrados a partir dos descritores em português; 1.105 foram encontrados a partir dos descritores em inglês; e, por fim, 120 a partir dos descritores em espanhol. Dos 1.455 artigos encontrados nesta base de dados, apenas 01, encontrado a partir dos descritores em inglês, foi selecionado após a leitura dos títulos. Os demais estudos foram excluídos por: 1) não tratarem da temática a partir da teoria foco; 2) tratarem da teoria foco, mas não abordarem o comportamento de interesse deste estudo. Além disso, foram excluídos os artigos repetidos que apareciam vinculados a diferentes descritores. Por meio da leitura dos títulos foi possível identificar que os estudos excluídos tratavam, essencialmente, sobre a prevalência da violência, as consequências da violência, a perspectiva da violência por diferentes autores sociais, em especial, dos profissionais de saúde.

Na base de dados PubMed, a busca inicial contabilizou 2.784 documentos. Destes, 2.782 foram encontrados a partir dos descritores em inglês e 02 a partir dos descritores em espanhol, não sendo encontrado nenhum documento a partir dos descritores em português. Dos 2.782 artigos encontrados, apenas 41 foram selecionados a partir da leitura dos títulos. E assim como na base de dados supracitada, os demais estudos foram excluídos pelos critérios de exclusão acima descritos.

Na base de dados PsycArticles, a busca inicial registrou um total de 120 documentos. Todos os documentos encontrados advieram da busca com os

descritores em inglês, não sendo localizados documentos com os descritores em português e espanhol. Dos 120 artigos encontrados, apenas 02 foram selecionados para este estudo após a leitura dos títulos. Alguns foram excluídos por estarem duplicados entre as bases e entre os descritores.

Tabela 1 - Descrição quantitativa dos resultados da busca nas bases de dados.

BASES DE DADOS	IDIOMA		
	PORTUGUÊS	INGLÊS	ESPAÑHOL
SCIELO	230	1105	120
PUBMED	0	2782	2
PSYC ARTICLES	0	120	0
LILACS	0	10	0
INDEX PSI	114	114	2
TOTAL POR IDIOMA	344	4131	124

Na base de dados Lilacs foram encontrados 10 artigos, todos eles a partir da busca com os descritores em inglês. Não foram encontrados resultados a partir das buscas com os demais idiomas. Destes, 06 foram selecionados após a leitura dos títulos.

Já na base de dados Index Psi foram localizados 230 documentos, destes, 114 estudos foram encontrados a partir dos descritores em português; 114 a partir dos descritores em inglês; e apenas 02 a partir dos descritores em espanhol. Dos quais, 04 foram selecionados para análise posterior, após leitura dos títulos.

A partir desses primeiros resultados, observa-se que a base de dados que se destaca com a maior quantidade de documentos encontrados é a PubMed (2.784); seguida da Scielo (1.455); Index Psi (230), PsyArticles (120) e Lilacs (10), que não contou com resultados expressivos.

Unindo todos os documentos (TABELA 2), obteve-se um total de 54 estudos selecionados, a partir da leitura dos seus respectivos títulos em todas as bases de dados, para a análise dos resumos.

Tabela 2 - Descrição quantitativa dos artigos selecionados a partir da leitura dos títulos

BASES DE DADOS	IDIOMA		
	PORTUGUÊS	INGLÊS	ESPAÑHOL
SCIELO	0	1	0
PUBMED	0	41	0
PSYC ARTICLES	0	2	0
LILACS	0	6	0
INDEX PSI	2	2	0

Entretanto, identificou-se que dos 54 estudos, 23 deles apresentaram-se repetidamente, resultando, portanto, em um total final de 31 documentos (TABELA 3) para a análise de resumos.

Tabela 3 – Documentos selecionados após leitura dos títulos

QT.	TÍTULO
1	A permanência de mulheres em situações de violência: considerações de psicólogas
2	A critical review of theories to explain violent relationship termination: implications for research and intervention
3	Preventing intimate partner violence via the Internet: A randomized controlled trial of emotion-regulation and conflict-management training for individuals with aggression problems
4	Influence of Intimate Partner Violence Severity on the Help-Seeking Strategies of Female Victims and the Influence of Social Reactions to Violence Disclosure on the Process of Leaving a Violent Relationship
5	To Stay in or Leave an Abusive Relationship: Losses and Gains Experienced by Battered Filipino Women
6	To Stay or to Leave: Factors Influencing Victims' Decisions to Stay or Leave a Domestic Violence Emergency Shelter
7	Women's experiences leaving abusive relationships: a shelter-based qualitative study
8	Leaving an Abusive Dating Relationship: A Prospective Analysis of the Investment Model and Theory of Planned Behavior
9	Stalking and psychosocial distress following the termination of an abusive dating relationship: a prospective analysis
10	Factors associated with battered Filipino women's decision to stay in or leave an abusive relationship
11	Immigrant and nonimmigrant women: factors that predict leaving an abusive relationship
12	A qualitative analysis of college women's leaving processes in abusive relationships
13	College women's stay/leave decisions in abusive dating relationships: a prospective analysis of an expanded investment model
14	A policy capturing investigation of battered women's decisions to stay in violent relationships
15	Understanding adolescent peer sexual harassment and abuse: using the theory of planned behavior
16	Why do Jordanian women stay in an abusive relationship: implications for health and social well-being
17	Cognitive-affective predictors of women's readiness to end domestic violence relationships
18	Factors that influence battered women to leave their abusive relationships
19	Leaving an abusive partner: an empirical review of predictors, the process of leaving, and psychological well-being
20	The dynamics of leaving and recovering from an abusive relationship
21	Women's reasons for leaving abusive spouses
22	The decision to leave an abusive relationship: empirical evidence and theoretical issues
23	Attitudes towards Intimate Partner Violence against Women among Women and Men in 39 Low- and Middle-Income Countries
24	Measuring attitudes about intimate partner violence against women: the ATT-IPV scale
25	Men's beliefs and attitudes toward intimate partner violence against women in Pakistan
26	A survey experiment of women's attitudes about intimate partner violence against women in rural Bangladesh
27	Factors associated with attitudes towards intimate partner violence against women: a comparative analysis of 17 sub-Saharan countries

28	Factors influencing attitudes to violence against women
29	Attitude towards intimate partner violence against women and risky sexual choices of Jamaican males
30	The applicability of the theory of planned behavior to abusive men's cessation of violent behavior
31	Sex disparities in attitudes towards intimate partner violence against women in sub-Saharan Africa: a socio-ecological analysis

Dos 31 resumos analisados, dezesseis (16) tratavam sobre a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos ou sobre fatores que influenciam a saída destes relacionamentos, entretanto, não utilizavam o referencial teórico da Teoria da Ação Planejada (01, 05, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20 e 21); dez (10) referiam, em geral, informações sobre violência contra a mulher (03, 04, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 31); e dois (02) tratavam sobre comportamentos violentos e a Teoria da Ação Planejada (15 e 30), o primeiro analisava as intenções de tomar medidas de proteção contra o assédio e o abuso de pares e, o segundo, examinava a capacidade da Teoria da Ação Planejada explicar a cessação dos comportamentos violentos dos homens. Desta maneira, após a leitura dos resumos dos 31 estudos dispostos na Tabela 3, foram selecionados para a leitura na íntegra 03 artigos (02, 08 e 22), que tratam da permanência de mulheres em relacionamentos abusivos a partir da Teoria da Ação Planejada e/ou Teoria da Ação Racional, e que compõem a amostra final deste estudo e podem ser visualizados na Tabela 4.

Tabela 4 – Títulos de artigos que utilizaram a TAP/TCP para explicar o comportamento de permanecer em um relacionamento abusivo

TITULO	ANO	AUTORES
The decision to leave an abusive relationship: empirical evidence and theoretical issues	1988	Michael J STRUBE
A critical review of theories to explain violent relationship termination: implications for research and intervention	2006	Deborah L. RHATIGAN; Amy E. STREET; Danny K. AXSOM;
Leaving an Abusive Dating Relationship: A Prospective Analysis of the Investment Model and Theory of Planned Behavior	2014	Katie M. EDWARDS; Christine A. GIDYCZ; Megan J. MURPHY;

1. *The decision to leave an abusive relationship: empirical evidence and theoretical issues*

Este estudo foi conduzido por Michael Strube, em 1988, e tinha o objetivo de revisar criticamente pesquisas empíricas disponíveis que tratassem sobre a decisão de deixar uma relação abusiva e, além disso, analisar diferentes

modelos teóricos que pudessem ser úteis na compreensão deste processo decisório.

Strube (1988) aponta que a revisão de pesquisas anteriores sugeria emprego, duração da relação, presença de abuso na infância e quantidade de separações anteriores como fatores que influenciam a decisão de deixar uma relação abusiva. No entanto, o autor aponta amostras não aleatórias, desenhos retrospectivos e excesso de dependência como limitações destes estudos. E propõe quatro modelos para auxiliar na compreensão deste processo: 1) Aprisionamento Psicológico; 2) Desamparo Aprendido; 3) Análise de Custo/Benefício; e 4) Ação Racional.

De acordo com Strube (1988), nenhum dos estudos analisados utilizou amostragem aleatória, de forma que a representatividade das amostras é desconhecida. Além disso, a maioria dos estudos analisados teve como participantes mulheres que procuravam ajuda em abrigos e, não há evidências de que essas mulheres diferem de mulheres que nunca procuraram abrigos, que possuem condições sociodemográficas distintas ou que vivem outros perfis de violência. De fato, é possível que uma população inteiramente diferente de mulheres ainda não tenha sido estudada, pois não buscaram intervenção em abrigos. Strube (1988) aponta ainda que outro problema da pesquisa, nesta área, é a natureza retrospectiva dos estudos, referindo que os antecedentes da decisão de sair de um relacionamento abusivo identificam-se apenas em desenhos de pesquisa baseados no tempo. Por fim, os estudos revisados diferem quanto ao número e ao tipo de variáveis que foram mensuradas e relacionadas à decisão de deixar um relacionamento abusivo. Devido às complexas inter-relações entre estas variáveis e a ausência de uniformidade, houve dificuldades para interpretar e comparar os resultados.

Concluída a análise das pesquisas empíricas disponíveis sobre a temática, Strube passa a tratar dos quatro modelos teóricos sugeridos. Inicialmente, descreve acerca da Teoria do Aprisionamento Psicológico como um processo de decisão no qual os indivíduos intensificam seu compromisso com uma ação previamente escolhida, apesar de notadamente enfraquecida, a fim de justificar ou “compensar” os investimentos prévios. Em outras palavras, os indivíduos aprisionados agem como se tivessem “investido demais para desistir” (STRUBE, 1988). Ainda segundo o autor, o aprisionamento psicológico

baseia-se na noção de que os indivíduos se sentem compelidos a justificar o tempo, o esforço, o dinheiro ou outros recursos que gastaram na busca de alguma meta, neste caso, para o sucesso do relacionamento amoroso.

Já o Desamparo Aprendido, normalmente, é presumido como a presença de três déficits: 1) déficit motivacional, caracterizado pela incapacidade de iniciar respostas capazes de remover a situação ameaçadora; 2) déficit cognitivo, caracterizado pela incapacidade de aprender uma nova contingência; e 3) déficit afetivo, caracterizado pela depressão. Em conjunto, esses três déficits criam um ciclo de desamparo, considerando que a crença de que as respostas não provocam impacto nos resultados reduz a probabilidade de novas respostas serem iniciadas.

O terceiro modelo, o da Análise de Custo-Benefício, é baseado na premissa de que as decisões sobre relacionamento resultam de uma análise dos custos e dos benefícios das relações atuais comparadas com as de relacionamentos alternativos. De acordo com este modelo teórico, pode-se pensar em quatro situações: a) resposta autopunitiva, quando os custos econômicos, sociais e psicológicos são maiores que as recompensas nas relações atuais e alternativas; b) resposta agressiva, quando recompensas excedem os custos na relação atual, mas os custos excedem as recompensas em relacionamentos alternativos; c) resposta de desengajamento precoce, quando os custos excedem as recompensas no relacionamento abusivo; d) resposta relutante de desengajamento, quando as recompensas excedem os custos no relacionamento abusivo.

E, finalmente, o autor passa a descrever a Teoria da Ação Racional como um modelo atraente por estar bem desenvolvido metodologicamente, por ser conceitualmente sólido, com riqueza de verificação empírica, por tratar-se de um modelo geral e por ser capaz de abranger todos os modelos supracitados.

Strube (1988) defende que as quatro abordagens teóricas apontadas em seu estudo podem ser úteis para maximizar a compreensão acerca da decisão de deixar um relacionamento abusivo. Entretanto, a aplicação destes modelos baseia-se no pressuposto de que este processo decisório é uma decisão racional. Na medida em que a dinâmica desta decisão é patológica, os modelos descritos neste estudo tornam-se inapropriados. Além disso, apesar da descrição dos modelos tenha se realizado separadamente, é improvável que

apenas um deles forneça uma descrição completa da decisão de deixar um relacionamento abusivo, cada modelo é capaz de fornecer uma perspectiva diferente. O autor sugere ainda que pesquisas futuras possam integrar modelos teóricos para maximizar o poder explicativo e preditivo.

2. A critical review of theories to explain violent relationship termination: implications for research and intervention

Este artigo é uma extensão do trabalho de Strube (1988), que avaliou pesquisas empíricas e potenciais teorias para explicar a decisão de mulheres deixarem relacionamentos abusivos. Entretanto, este trabalho propõe-se a apresentar informações sobre a relevância e as formas pelas quais uma teoria deve ser avaliada, além de determinar quais abordagens teóricas, com base nas evidências, podem ser mais produtivas para explicar este comportamento. Rhatigan et al. (2006) referem que, infelizmente, desde então, poucas pesquisas teóricas sobre as decisões de deixar um relacionamento abusivo foram produzidas, apesar do interesse contínuo nessa temática.

Rhatigan et al. (2006) pontuam que encorajar o término do relacionamento erroneamente acaba culpabilizando as vítimas e que as primeiras pesquisas sobre a saída de relacionamentos abusivos objetivavam examinar supostas tendências masoquistas das mulheres. Estudos mais recentes evitam a culpabilização, reformulando a questão norteadora de “Por que as mulheres permanecem?” para “Como algumas mulheres são capazes de deixar esses relacionamentos?”. Além disso, parte significativa dos dados mais atualizados sobre as decisões de deixar um relacionamento abusivo contribuiu para o incentivo de uma postura mais compassiva em relação às mulheres e às dificuldades que enfrentam para terminar seus relacionamentos abusivos. Rhatigan et al. (2006) apontam que pesquisas têm evidenciado que a violência do parceiro pode aumentar após a separação, considerando que as ordens de restrição, geralmente, não protegem adequadamente as mulheres e questões como a custódia dos filhos dificultam a separação e aumentam a probabilidade de vitimização contínua.

No artigo base para o desenvolvimento do estudo de Rhatigan e colaboradores (2006), como visto anteriormente, foram revisados quatro modelos teóricos, entretanto, neste estudo, outros modelos foram adicionados,

pontuando as potencialidades e limitações de cada um deles e apontando evidências empíricas para examiná-las. Rhatigan e colaboradores (2006) pontuam a Teoria do Desamparo Aprendido como uma das teorias psicossociais mais influentes e, frequentemente, discutida no estudo da depressão. Entretanto apontam o trabalho “*The Battered Woman*”, de Lenore Walker (1979), como um trabalho inovador em relação à aplicação dos princípios básicos desta teoria para explicar comportamentos, geralmente, visualizados em mulheres maltratadas. No referido trabalho postulava-se que esta teoria poderia ajudar na compreensão do comportamento de passividade e dependência frente aos seus relacionamentos e, posteriormente, aos eventos abusivos. De acordo com Rhatigan et al. (2006), a teoria do desamparo aprendido é uma das teorias mais citadas para explicar as reações psicológicas femininas frente à violência por parceiros íntimos. Apesar disto, a Teoria do Desamparo Aprendido pode não explicar adequadamente “de que maneira” algumas mulheres vitimadas conseguem sair destes relacionamentos, considerando que fornecem explicação para as barreiras internas que impedem o término do relacionamento, a exemplo de déficits de motivação, afeto ou cognição, entretanto não reconhecem as barreiras externas, que exercem influência, a exemplo da falta de recursos.

Já a Teoria da Ligação Traumática, de Dutton e Painter (1981), tenta explicar o processo psicossocial em que mulheres e outras pessoas maltratadas desenvolvem apegos ou laços emocionais fortes com aqueles que as abusam fisicamente. Esta perspectiva defende que esse apego se forma em decorrência de um desequilíbrio de poder entre o perpetrador e a vítima (RHATIGAN et al., 2006). Para Rhatigan et al. (2006), esta teoria explica apenas uma parcela das relações violentas, considerando que existe outra parcela de mulheres que não sofrem violência física, de forma que a teoria não apresenta explicações para a população em geral.

Considerando a Teoria da Ação Racional e a Teoria do Comportamento Planejado, Rhatigan e colaboradores (2006) apontam a previsão e explicação exitosa de uma variedade de comportamentos decisórios, a exemplo do uso de preservativos e parar de fumar, entretanto, foram minimamente aplicadas no estudo do abuso de parceiros. Quando aplicada a mulheres vítimas de violência, permanecer ou sair de um relacionamento abusivo, depende, essencialmente, de suas expectativas em relação às consequências e das normas sociais.

Mulheres que referem que os custos do término, como por exemplo risco de violência e menor capacidade de apoio financeiro, podem indicar que permaneceriam envolvidas com o parceiro abusivo. Da mesma forma, mulheres cujas redes sociais influentes encorajam a reconciliação, poderiam indicar a permanência neste relacionamento (RHATIGAN et al., 2006). Rhatigan et al. (2006) afirmam que esta teoria assume que a decisão sobre a permanência ou saída de um relacionamento abusivo é baseada em muitas fontes de informação e recursos disponíveis para as mulheres. Além disso, pontuam que a teoria reconhece o impacto que as redes sociais das mulheres podem exercer na tomada de decisão, fator que, segundo os autores, não havia sido reconhecido em outros modelos explicativos. Entretanto, como trata-se de uma teoria geral de tomada de decisão, é necessário obter informações convincentes sobre a dinâmica das relações interpessoais.

Para o Modelo do Investimento, de Rusbult (1980), as mulheres vítimas, assim como todos os indivíduos, comprometem-se com as relações, na medida em que necessidades importantes, como segurança financeira e intimidade, não podem ser atendidas completamente na ausência desta relação. Defende-se que os sentimentos de compromisso se desenvolvem em decorrência de outros três fatores, a saber: satisfação com o relacionamento, alternativas de qualidade e investimentos. Satisfação com o relacionamento refere-se às relações de custo-benefício da relação atual. Alternativas de qualidade referem-se à relação custo-benefício das relações alternativas, ou seja, com parceiro alternativo, amigos e família. Já investimentos dizem respeito à magnitude e importância referente aos recursos psicológicos e materiais vinculados às relações atuais que poderiam ser perdidos em caso de término destes (RHATIGAN et al., 2006). Para Rhatigan e colaboradores (2006) esta teoria utiliza-se de construções específicas de relacionamento para determinar a decisão de permanência ou saída. Diferentemente de outros modelos teóricos, o Modelo de Investimento afirma que os processos dinâmicos e interativos influenciam, de forma mais significativa, a tomada de decisão de mulheres, do que as diferenças individuais. Entretanto, esta teoria não dá conta de explicar os indicadores ideográficos das decisões, de forma que pode não representar a abordagem mais abrangente.

Já a Teoria do Aprisionamento Psicológico, de Brockner e Rubin (1985), sugere que as mulheres intensifiquem seu compromisso com os

relacionamentos abusivos com o intuito de justificar tentativas anteriores de fazer o relacionamento funcionar. Esta teoria fornece entendimento, baseado em dissonância cognitiva, pois pensa-se que as mulheres experimentam tensão e conflito em decorrência da falta de consistência entre seus pensamentos (RHATIGAN et al., 2006). Para Rhatigan e colaboradores (2006) as evidências sugerem que as mulheres, provavelmente, usam uma abordagem mais custo-benefício, em oposição às dissonantes, considerando que os estudos têm demonstrado, repetidamente, que as mulheres vítimas de violência não minimizam a violência que experimentam.

Por fim, os autores referem acerca do Modelo de Tomada de Decisão, de Choice e Lamke (1997), representando uma tentativa de integrar as teorias levantadas por Strube (1988) – Desamparo Aprendido; Aprisionamento Psicológico; Teoria da Ação Racional e Modelo de Investimento. Para tanto identifica aspectos que se sobrepõem nas teorias e componentes exclusivos de cada uma. Esta tentativa acrescenta à literatura teórica, reconhecendo a relevância de diferentes fatores na decisão de deixar um relacionamento abusivo, além disso, resume uma literatura teórica vasta e complicada. Contudo, ao fazê-la, algumas partes das teorias são perdidas e pressupõem o impacto de todas as teorias identificadas por Strube, apenas de algumas delas apresentarem pouca evidência empírica (RHATIGAN et al., 2006).

Para Rhatigan e colaboradores (2006), em termos de evidência empírica geral, testabilidade e generalizabilidade, a Teoria do Comportamento Planejado e o Modelo de Investimento, parecem demonstrar maior previsibilidade nas decisões de sair de um relacionamento abusivo. Estes dois modelos ainda empregam construções teóricas bem operacionalizadas e medições estabelecidas, maximizando o potencial sucesso de pesquisas futuras que as utilizem. Além disso, estes modelos mais gerais são aplicáveis a diferentes amostras de mulheres, em contraste com as teorias específicas da violência que, frequentemente, relaciona-se, quase que exclusivamente, com mulheres vítimas de violência física grave e que frequentam instituições de acolhimento. De modo que não podem ser capazes de generalizar para aquelas que experimentam níveis infrequentes de violência ou outros tipos que não a física. Desta forma, A Teoria do Comportamento Planejada e o Modelo de Investimento são modelos de tomada de decisão que se aplicam a todos os indivíduos, e não apenas aos

envolvidos nestas relações abusivas e, sugerem que as mulheres vítimas levam em conta os mesmos aspectos na tomada desta decisão que as mulheres não-vitimizadas. Segundo Rhatigan e colaboradores (2006) a pesquisa teórica reduziria o número cada vez maior e, conseqüentemente, mais confuso, de variáveis postuladas como importantes para a compreensão das decisões de mulheres de permanecerem em relacionamentos abusivos. Os autores também referem que as teorias gerais, ou seja, a Teoria do Comportamento Planejado e o Modelo do Investimento podem possivelmente, deixar de capturar as experiências únicas de mulheres e, pode ser este o motivo de a Teoria do Desamparo Aprendido atrair mais atenção entre pesquisadores e clínicos.

3. Leaving an Abusive Dating Relationship: A Prospective Analysis of the Investment Model and Theory of Planned Behavior

O objetivo deste estudo foi compreender os processos de saída, de mulheres jovens, de relacionamentos abusivos, usando um projeto prospectivo e testando dois modelos sociais psicológicos: 1) Modelo de Investimento e 2) Teoria do Comportamento Planejado. Os objetivos específicos deste estudo foram: 1) avaliar a adequação do Modelo de Investimento aos dados; 2) avaliar o ajuste da Teoria do Comportamento Planejado aos dados; 3) comparar os ajustes dos dois modelos para explicar o comportamento de saída de relacionamentos abusivos, de mulheres universitárias, ao longo de um período de 4 meses de seguimento. Para serem considerados participantes deste estudo era necessário ser do sexo feminino, com idade de 18 anos ou mais e, no momento, estar em uma relação de namoro. Os participantes foram informados que se tratava de um estudo para avaliar as relações de namoro, não havendo, portanto, menção a violência por parceiro íntimo para evitar viés de seleção. Posterior à assinatura do TCLE, os testes foram administrados, em grupo, por uma estudante de graduação ou pós-graduação. As mulheres que participaram da pesquisa foram compensadas com um crédito no curso. As mulheres que referiram experiências de violência em seu relacionamento atual e forneceram informações de contato para o possível seguimento da pesquisa, foram contatadas quatro meses após a participação inicial por telefone e/ou e-mail para participar de uma pesquisa de acompanhamento. Estas mulheres foram compensadas com U\$ 20 por sua participação.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram: 1) a Escala de Táticas de Conflito – Revisada (CTS 2), que avalia as experiências dos participantes de violência psicológica, física ou sexual perpetrada por parceiro íntimo; 2) a Escala do Modelo de Investimento (IMS) para avaliar as variáveis do Modelo de Investimento (satisfação, qualidade das alternativas, investimento e compromisso); 3) o Questionário da Teoria do Comportamento Planejado (TPBQ), construído com base nas orientações dos autores da teoria, Ajzen e Fishbein (1980) e adaptadas do estudo de Byrne e Arias (2004), as escalas avaliavam atitudes, normas subjetivas e controle comportamental.

Segundo os autores, para o Modelo de Investimento, a continuidade em um relacionamento é predita pelo comprometimento, que está em função do investimento, da satisfação e de alternativas de baixa qualidade. Para os autores, a Teoria do Comportamento Planejado refere que o comportamento é predito pela intenção para fazê-lo, que está em função das atitudes em relação ao comportamento, das normas subjetivas e do controle comportamental percebido. A amostra deste estudo foi de 169 mulheres universitárias, em relacionamentos abusivos. Edwards et al. (2014) referem que grande parte das pesquisas feitas para compreender o processo de saída de relacionamentos abusivos tem sido atórica, ou seja, não se baseiam em nenhum modelo teórico e são específicas da violência, que se concentram nos déficits na autopercepção, julgamento e racionalidade das mulheres abusadas. Além disso, os autores pontuam que as teorias gerais da literatura psicológica social foram adequadas a esta temática. Edwards e colaboradores (2014) afirmam que os artigos de revisão teórica (Rhatigan et al., 2006 e Strube, 1988) declararam que o Modelo de Investimento e Teoria do Comportamento Planejado são os mais promissores na compreensão da permanência/saída de relacionamentos abusivos.

Segundo os resultados desta pesquisa, acerca da Teoria do Comportamento Planejado, atitudes mais favoráveis em relação a saída do relacionamento abusivo e maior pressão social percebida estavam relacionadas à intenção de deixar o parceiro. O controle comportamental não estava relacionado com as intenções de saída. Já considerando o Modelo de Investimento, maiores níveis de satisfação e investimento no relacionamento, menor qualidade de alternativas percebidas e maiores níveis de comprometimento no relacionamento previu prospectivamente as decisões de

permanência/saída de relacionamentos abusivos (EDWARDS et al., 2014). De acordo com Edwards e colaboradores (2014), tanto o Modelo de Investimento quanto a Teoria do Comportamento Planejado foram adequados aos dados, contudo, a Teoria do Comportamento Planejado apresentou melhor ajuste aos dados.

Os resultados desta pesquisa evidenciam que, apesar de os descritores utilizados permitirem o acesso a um grande número de publicações científicas sobre a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos, uma quantidade inexpressiva destes, tratam da temática aliada a Teoria da Ação Planejada. Este fato pode estar associado ao que Edwards et al. (2014) referem em seu estudo acerca da quantidade expressiva de estudos teóricos a respeito desta temática, concentrando-se, exclusivamente, na especificidade da violência, nos déficits na autopercepção, julgamento e racionalidade das mulheres abusadas.

Dentre os três artigos que utilizaram a Teoria da Ação Planejada para compreender o comportamento supracitado, apenas um deles o fez em caráter empírico. Corroborando a carência de estudos, em especial empíricos, que investiguem o comportamento de mulheres de permanecer em um relacionamento abusivo, a partir deste modelo teórico.

A análise dos resumos permitiu identificar, também, que apesar de os autores dos diferentes trabalhos concordarem acerca da relevância da teoria para uma explicação mais eficaz acerca da permanência de mulheres em relacionamentos abusivos, poucos artigos têm sido publicados a esse respeito (RHATIGAN et al., 2006). Este resultado pode sugerir a validade teórica deste modelo, entretanto, para o estudo da permanência de mulheres em relacionamentos abusivos ainda existe reduzida aplicabilidade.

Este estudo permitiu a identificação de que, diferentemente de outros modelos teóricos, que consideravam apenas os aspectos internos, a literatura tem evidenciado que as mulheres encontram barreiras tanto internas quanto externas que as impedem de deixar um relacionamento abusivo. Desta maneira, deixar um relacionamento abusivo pode não estar inteiramente relacionado com a capacidade de controle das mulheres. Por exemplo, mulheres que sofrem violência, podem não possuir moradia alternativa, fonte financeira e/ou não possuírem as condições de financiar creche e/ou atender as necessidades

básicas de seus filhos e, conseqüentemente, elas permanecem “presas” aos relacionamentos violentos, apesar de possuírem atitudes positivas em relação ao término e poder contar com uma rede de apoio que as incentive ao término (RHATIGAN et al., 2006).

Outro aspecto a ser considerado a partir dos resultados alcançados diz respeito a população estudada, que majoritariamente é de mulheres que buscaram auxílio em abrigos ou outras instituições de acolhimento, além de terem sido vítimas de violência física, essencialmente. De forma que, exclui da margem explicativa aquelas mulheres que não buscam ajuda em instituições e que sofrem outros tipos de violência, como a psicológica, financeira, sexual etc. De certa maneira, a partir dos estudos evidenciados, ao considerarmos a população e os tipos de violência elencados por estes estudos, é possível pontuar também a noção de que as mulheres mais favorecidas, educacional e financeiramente, não sofrem violência como as mulheres de classes mais baixas, considerando que os estudos supracitados priorizam as investigações com mulheres menos favorecidas, econômica, social e educacionalmente. Este fato é contradito em diversos estudos (BASCUM, 2014; BARBOZA; OLIVEIRA, 2016) que pontuam a violência contra a mulher como um fenômeno que atinge mulheres independente de sua faixa etária, escolaridade, etnia e classe social, por exemplo. Desta forma, torna-se notória a necessidade de desenvolver estudos que envolvam diferentes públicos femininos, com o objetivo de maximizar a compreensão acerca do comportamento de permanecer em um relacionamento abusivo. Além disso, nota-se a inexistência de estudos realizados no contexto brasileiro e, conseqüentemente, a língua portuguesa apresentando-se com defasagem significativa neste sentido.

A similaridade dos três estudos e a ordem sequencial em que se apresentam reporta a ratificação de que os aspectos teóricos e metodológicos da Teoria da Ação Planejada estão bem sustentados. Como apontado por Strube (1998), a TAP é um modelo teórico atraente por estar bem desenvolvido metodologicamente e por ser um modelo conceitualmente sólido, com uma riqueza de verificação empírica.

Conclusões

O presente estudo objetivou identificar, na produção científica, os estudos que investigaram a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos a partir do modelo teórico da Teoria da Ação Planejada ou da Teoria da Ação Racional. Os resultados revelaram que, apesar de os descritores utilizados permitirem o acesso a um grande número de publicações científicas sobre a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos, uma quantidade inexpressiva destes, trataram da temática aliada a Teoria da Ação Planejada ou da Teoria da Ação Racional. Dentre os três artigos que utilizaram a Teoria da Ação Planejada para compreender o comportamento supracitado, apenas um deles o fez em caráter empírico. Corroborando a carência de estudos, em especial empíricos, que investiguem o comportamento de mulheres de permanecer em um relacionamento abusivo a partir deste modelo teórico. Entretanto, a revisão dos resumos permite referir a validade nomológica do mesmo.

A escassez de material, tanto nacional quanto internacional, sobre a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos à luz da Teoria da Ação Planejada e/ou da Teoria da Ação Racional são consideradas limitações deste estudo. Além disso, a ênfase dada apenas à artigos científicos pode restringir os alcances desta pesquisa, considerando que trabalhos não publicados, a exemplo de Trabalho de Conclusão de Curso, dissertações e teses não foram contemplados. Portanto, é necessário o desenvolvimento de estudos que possam minimizar as referidas limitações e, conseqüentemente, ampliar as informações acerca desta temática. Sugere-se o desenvolvimento de pesquisas empíricas, fundamentadas na Teoria da Ação Planejada, acerca da permanência de mulheres em relacionamentos abusivos, especialmente, no contexto brasileiro e considerando todos os contextos de raça, classe social, etnia e gênero em que as mulheres podem estar inseridas, ou seja, é necessário considerar a amplitude e, portanto, os aspectos específicos e relevantes que deles podem advir.

Desta forma, o presente trabalho não se propôs a esgotar a temática da permanência de mulheres em relacionamentos à luz da Teoria da Ação Planejada e/ou da Teoria da Ação Racional, mas pretendeu contribuir, enquanto subsídio teórico, para maximização da compreensão acerca deste fenômeno, fomentando novos questionamentos e estudos acerca da mesma.

Capítulo 2

Reflexões femininas sobre a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos

Resumo

O presente estudo objetivou analisar as crenças femininas a respeito da permanência de mulheres em relacionamentos abusivos segundo a Teoria da Ação Planejada. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais com uma amostra de 27 mulheres, entre 18 e 42 anos. Os discursos foram gravados, transcritos e os conteúdos textuais processados no software IRAMUTEQ. Foram observados 909 segmentos de texto, dos quais 783 foram aproveitados, resultando em um aproveitamento de 86,14%. Destas, foram encontradas 289 palavras equiparadas por meio de Classificações Hierárquicas Descendentes e que resultaram em três categorias: atitudes, controle comportamental e norma subjetiva. As atitudes evidenciadas revelam que as mulheres entrevistadas são desfavoráveis à permanência em relacionamentos abusivos, considerando, em especial o controle exercido sobre a vítima, em relação às suas vestimentas e redes sociais. A pressão social percebida para a execução deste comportamento revela a religião e a família como fatores que podem atuar tanto enquanto proteção quanto risco. Para o controle comportamental percebido, a dependência financeira, dependência emocional e a proteção dos filhos foram os principais fatores apontados como obstáculos para a saída destes relacionamentos.

Palavras-Chave: Crenças; Mulheres; Relacionamento Abusivo.

Abstract

The present study has the purpose to analyze the feminine beliefs regarding the permanence of women in abusive relationships according to the Theory of Planned Action. Individual semi-structured interviews were carried out with a sample of 27 women between the ages of 18 and 42 years. The speeches were recorded, transcribed and the textual contents processed in the IRAMUTEQ software. A total of 909 text segments were observed, of which 783 were used, resulting in a use of 86.14%. Of these, 289 words matched by means of Hierarchical Descendant Classifications were found and resulted in three categories: attitudes, behavioral control and subjective norm. The evidenced attitudes reveal that the women interviewed are unfavorable to being in abusive relationships, especially considering the control exercised over the victim, in relation to their dress and social networks. The perceived social pressure to perform this behavior reveals religion and the family as factors that can act both as protection and risk. For perceived behavioral control, financial dependence,

emotional dependence, and child protection were the main factors identified as obstacles to the exit of these relationships.

Keywords: Beliefs; Woman; Abusive Relationship.

Introdução

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2013, entre as mulheres que sofrem violência, 42% são vítimas de lesão grave, e das mortes por violência 38% foram perpetradas por seus parceiros íntimos. De acordo com os dados do Sistema de Informações e Agravos de Notificação (SINAN), em 2014, 223.796 vítimas foram atendidas por agravos advindos de algum tipo de violência, e duas em cada três mulheres precisaram de cuidados de saúde, de modo que, 405 mulheres necessitaram de atendimento em algum dispositivo da saúde em cada dia de 2014 (WALSELFISZ, 2015). Em 2015, segundo o Balanço da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, foram registrados 749.024 atendimentos. Em média foram contabilizados 62.418 atendimentos a cada mês e 2.052 por dia. Vale pontuar ainda que nos dez primeiros anos de sua criação, a Central de Atendimento à Mulher registrou 4.823.140 atendimentos.

De acordo com os dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), em 2016, os cinco estados brasileiros com maiores taxas de mortalidade de mulheres, em cada 100 mil, foram Roraima (10,35), Espírito Santo (9,84), Goiás (9,55), Alagoas (9,15) e Bahia (9,07). Por sua vez, taxas menores foram observadas nos estados de Santa Catarina (3,16), São Paulo (3,32) e Piauí (3,34). A capital do Estado de Alagoas, Maceió, possui a segunda maior taxa de feminicídios do país (WALSELFISZ, 2015, p. 19). Segundo Silva, Lucena e Santos (2015), em Maceió, as causas passionais parecem indicar as motivações da violência feminicida mais marcantes, de forma que constituem um perfil de crimes cometidos em nome da honra. Além disso, os autores indicam a constância da utilização de formas cruéis e brutais nos feminicídios registrados na capital de Alagoas.

Frente às informações supracitadas, torna-se necessário citar a composição da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Estado

de Alagoas. De acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), a Rede de Enfrentamento em Alagoas, estado composto por 102 municípios, conta apenas com: um Serviço de Abrigamento, localizado na Capital, Maceió; dois Serviços de Saúde Especializados para o Atendimento dos Casos de Violência Contra a Mulher, um em Palmeira dos Índios e, o outro, em Maceió; uma promotoria Especializada/Núcleos de Gênero do Ministério Público, localizada em Maceió; um Núcleo/Defensoria Especializados de Atendimento à Mulher, localizado em Maceió; um Juizado/Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, localizado em Maceió; um Posto/Núcleo/Secção de Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns, localizado em Delmiro Gouveia; três Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), sendo uma em Arapiraca e duas em Maceió; e três Centros Especializados de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, sendo um em Arapiraca e dois em Maceió. Já o Brasil, ainda que possua mais de 5.550 municípios, em sua Rede de Enfrentamento à Violência contra a mulher, conta apenas com: 497 delegacias especializadas de atendimento à mulher e 160 núcleos especializados dentro de distritos policiais comuns; 235 centros de referência especializados (atenção social, psicológica e orientação jurídica); 72 casas abrigo; 91 juizados/varas especializadas em violência doméstica; 59 núcleos especializados da Defensoria Pública e 9 núcleos especializados do Ministério Público.

Considerada a relevância de debater a violência sofrida pelas mulheres e baseando-se na necessidade de estabelecimento de estratégias eficazes que garantam o combate efetivo à violência contra a mulher, estudos sobre a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos são fundamentais. Nesta pesquisa, objetivou-se analisar as crenças femininas a respeito da permanência de mulheres em relacionamentos abusivos na perspectiva da Teoria da Ação Planejada.

Teoria da Ação Planejada

A TAP constitui-se enquanto extensão da Teoria da Ação Racional (TAR), desenvolvida por Ajzen e Fishbein (FISHBEIN; AJZEN, 1975; AJZEN; FISHBEIN, 1980). A formulação original da TAR propunha o comportamento enquanto consequência imediata das intenções e, por sua vez, as intenções em

função das atitudes e crenças normativas. As atitudes, conforme explicam Fishbein e Ajzen (1975, 2010), constituem-se em avaliações subjetivas que unem uma característica a um objeto.

O outro fator que exerce influência sobre a ação de uma pessoa consiste na pressão social, nomeada como Norma subjetiva (Fishbein; Ajzen, 1975; Ajzen; Fishbein, 1980). De acordo com Fishbein e Ajzen (1975, p. 302), a norma subjetiva é a percepção do indivíduo sobre o que as pessoas que lhe são importantes poderiam pensar caso ele agisse ou não de determinada forma. A compreensão é de que o contexto social do indivíduo influencia em sua intenção para agir. Desta maneira, pode-se afirmar que a TAR se constituiu como uma tentativa de elaborar uma teoria geral que permitisse, confiavelmente, prever o comportamento a partir da intenção.

O termo crença está associado aos fatores que podem influenciar na intenção comportamental do indivíduo, de modo que se torna relevante tratá-lo. As crenças se originam das informações que os sujeitos dispõem sobre determinado objeto. Entretanto, é importante ressaltar que “as crenças [...] não necessariamente são verídicas, elas podem ser imprecisas, enviesadas ou mesmo irracionais” (FISHBEIN; AJZEN, 2010, p. 24). Para melhor compreensão, tome-se, por exemplo, as crenças relativas à Rússia: “A crença de que a Rússia é um estado totalitário, associa o objeto ‘Rússia’ ao atributo ‘estado totalitário” (FISHBEIN; AJZEN, 1975, p. 12). A partir deste exemplo, pode-se notar a formação das atitudes através das crenças, de forma que as pessoas favoráveis à ideia de estados totalitários avaliarão o país positivamente, ao contrário das pessoas que não simpatizam com estados totalitários, que avaliarão negativamente e, conseqüentemente, desenvolverão uma atitude negativa.

Ajzen e Fishbein (1980) desenvolveram um conjunto de procedimentos com o intuito de enfatizar as crenças salientes de natureza comportamental, associadas à atitude e, as normativas, associadas à pressão social para, posteriormente, medir os construtos da atitude e da norma subjetiva. Além disso, passaram a considerar diferenças individuais e fatores sociodemográficos como influências a serem consideradas nos construtos da teoria (GONZALEZ, 2016).

Em 1980, após a publicação de suas pesquisas, as carreiras profissionais de Ajzen e Fishbein tomaram caminhos diferentes. Enquanto Ajzen testava o

modelo em diferentes contextos, Fishbein dedicou-se a utilizar a TAR em pesquisas relacionadas aos comportamentos de portadores do Human Immunodeficiency Virus (HIV) (GONZALEZ, 2016). É nesse período que Ajzen (1985; 1988) introduz um novo construto ao modelo: o controle comportamental percebido. Este construto define-se como a percepção de facilidade ou dificuldade para a execução de um comportamento. Esta dificuldade/facilidade demonstra-se em um contínuo, que pode mudar de grande dificuldade a comportamentos executáveis mais facilmente. A essa extensão da TAR, Ajzen chamou de Teoria da Ação Planejada (TAP) - Theory of Planned Behaviour.

A TAP demonstra, conforme salientado por Ajzen e Driver (1991), que a execução de um comportamento depende das crenças salientes ou relevantes. As pessoas constroem crenças a respeito dos objetos que as cercam, ao longo da vida, entretanto, umas são mais relevantes que outras. As crenças consideradas mais importantes, vêm mais rapidamente à memória quando associada ao objeto, de modo que as identificamos como crenças salientes (FISHBEIN; AJZEN, 1975). Neste modelo, as crenças salientes estão representadas pelas crenças comportamentais salientes, relacionadas à atitude; referentes modais salientes, associados à norma subjetiva; e crenças de controle salientes, associadas ao controle comportamental percebido (AJZEN; DRIVER, 1991; AJZEN, 1991; FISHBEIN; AJZEN, 2010).

A relevância desses construtos para prever as intenções comportamentais é encontrada em vários estudos, sendo, por vezes, apenas as atitudes com impacto relevante nas intenções, em outros, atitudes e controle apresentam-se com grau de explicação elevada e, ainda, estudos que apontem os três construtos como relevantes (FLEISCHFRESSER, 2005). Moutinho e Roazzi (2010), ao estudarem a aplicabilidade da TAP, explanaram que estudos de revisão posteriores alcançaram resultados semelhantes, corroborando a constância do modelo. Os autores prosseguem afirmando que

a TAR e a TAP têm se colocado como ferramentas teórico metodológicas que apontam relações entre variáveis e se apresentam como capazes de discutir em termos de previsibilidade a comportamentos diversos, em variados campos do conhecimento, como educação, saúde, sociologia, prática clínica, demonstrando poder preditivo significativo (MOUTINHO; ROAZZI, 2010, p. 285).

A aplicabilidade da TAP é extensa, a exemplo de comportamentos referentes à área da saúde (uso de preservativos, parar de fumar, consumo de

açúcar, realizar atividade física etc). Em outros âmbitos, pode-se utilizar este modelo teórico para identificar fatores antecedentes ao investimento financeiro, engajamento em trabalhos voluntários e jogar videogame, por exemplo (AJZEN, 2010).

Vale ressaltar que nem todos os comportamentos estão sob o domínio da vontade dos sujeitos, isso pode ocorrer quando o mesmo lhe é imposto, por falta de recursos ou habilidades, por exemplo, de maneira que ainda que haja atitude favorável e pressão social a execução do mesmo, o controle comportamental conduzirá diretamente ao comportamento.

Método

Esta pesquisa teve o objetivo de analisar as crenças femininas a respeito da permanência de mulheres em relacionamentos abusivos segundo a TAP. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com emprego da técnica de entrevista semiestruturada individual. A amostra foi composta por 27 mulheres universitárias, conforme indica o manual da TAP (FRANCIS et al., 2004) e segundo o critério de saturação. De acordo com Thiry-Cherques (2009), é recomendado oito observações, no mínimo, e, posteriormente, para confirmação, duas outras observações depois de encontrado o ponto de saturação. Thiry-Cherques (2009) também aponta que, nas ciências sociais, o ponto de saturação, geralmente, ocorre até a 12ª entrevista. Em função da variabilidade dos dados sociodemográficos das participantes, 25 entrevistas foram necessárias para atingir o ponto de saturação, sendo mais duas realizadas para confirmação.

As 27 mulheres entrevistadas foram abordadas nos corredores de suas instituições de ensino, orientadas frente a realização deste estudo, questionadas acerca dos critérios de inclusão do mesmo e, posteriormente, dado o interesse e aceite em participar, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, finalmente, entrevistadas. Elas possuem idades entre 18 e 42 anos ($M=23,37$; $DP=5,79$). Todas as participantes estavam vivendo um relacionamento (16 delas estavam em um namoro, 5 em um casamento, 4 em relações casuais, 1 em um noivado e 1 em União Estável). O tempo de relacionamento variou de 1 mês até 25 anos (6 delas viviam em uma relação

com período inferior a 1 ano, 15 delas no período entre 1 ano e 5 anos, 4 delas no período de 5 a 10 anos e 2 no período acima de 10 anos).

Os critérios de inclusão foram: mulheres matriculadas em Instituições de Ensino Superior (IES); que afirmassem estar vivendo em um relacionamento afetivo; e tivessem disponibilidade de tempo para participar das entrevistas. A coleta de dados ocorreu no ano de 2017, nas dependências de IES do município de Maceió/AL. O instrumento utilizado foi constituído por 14 perguntas abertas com foco na Intenção de Permanecer em um relacionamento abusivo, considerando os seguintes eixos: (a) levantamento das vantagens e desvantagens em permanecer em um relacionamento abusivo, para identificar as Crenças Comportamentais salientes; (b) levantamento das pessoas e/ou grupos que influenciam a permanência em um relacionamento abusivo, para identificar os referentes modais salientes; e (c) levantamento das facilidades e dificuldades em permanecer em um relacionamento abusivo, para identificar as crenças de controle salientes. Todos os eixos seguiram o modelo postulado pela TAP (MOUTINHO; ROAZZI, 2010). Encerradas as entrevistas, as gravações foram transcritas na íntegra.

Inicialmente, os sujeitos preencheram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas – UFAL (parecer CAAE 64409517.5.0000.5013). O anonimato e o sigilo foram assegurados aos participantes, bem como foram devidamente informados sobre os objetivos e procedimentos do estudo. Posteriormente, realizou-se a entrevista individualmente, a partir de um roteiro de perguntas norteadoras, nas universidades, sendo utilizado um gravador de voz para o registro das falas. O tempo médio de entrevista foi de 12 minutos e 20 segundos.

Os discursos foram organizados e analisados através de um software de análise de conteúdo, IRAMUTEQ, sendo guiados pelas seguintes etapas: (a) Transcrição de todas as entrevistas; (b) Adequação para a Corpus Textual; (c) Análise Estatística; (d) Especificidades e Análise Fatorial Confirmatória (AFC); (e) Classificação Hierárquica Descendente (CHD); (f) Análise de Similitude; (g) Nuvem de Palavras.

O software IRAMUTEQ (Interface de R pour lês Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires) consiste em um programa

livre que se ancora no software R, e que permite processamento e análises estatísticas de textos produzidos. Foi desenvolvido por Ratinaud (2009) na língua francesa, mas atualmente possui tutoriais completos em outras línguas. O IRAMUTEQ possibilita cinco tipos de análises: estatísticas textuais clássicas, pela qual se identifica a frequência, quantidade e hápax das palavras, além de reduzir as palavras a partir de suas raízes e identificar as formas ativas e suplementares; pesquisa de especificidades de grupos, que associa textos com variáveis, de modo que possibilita a análise textual em função das variáveis que os caracterizam; classificação hierárquica descendente, de modo que as respostas das entrevistadas são classificadas em razão dos seus respectivos vocábulos e as palavras foram repartidas em razão de sua frequência de formas reduzidas; análises de similitude, que indica a conexidade entre as palavras e, a nuvem de palavras, que realiza o agrupamento de palavras e as organiza em razão de sua frequência (CAMARGO; JUSTO, 2013). É importante ressaltar que o uso deste software não se caracteriza como um método de análise de dados, mas uma ferramenta para processá-los, considerando que a interpretação é fundamental e é de responsabilidade do pesquisador (LAHLOU, 2012).

Resultados e Discussão

Na análise do *corpus* “Crenças de mulheres acerca da permanência em relacionamentos abusivos”, proveniente da transcrição das entrevistas, foram observadas 28.591 ocorrências de palavras, sendo 2.749 formas distintas. Esse *corpus* foi dividido em 909 segmentos de textos e, destes, 783, ou seja, 86,14% do total de palavras foram equiparadas por meio de classificações hierárquicas descendentes de segmentos de texto de tamanhos diferentes, indicando o grau de semelhança no vocabulário das três classes resultantes. Na Figura 1, pode-se visualizar o dendograma que demonstra as classes advindas das partições do conteúdo.

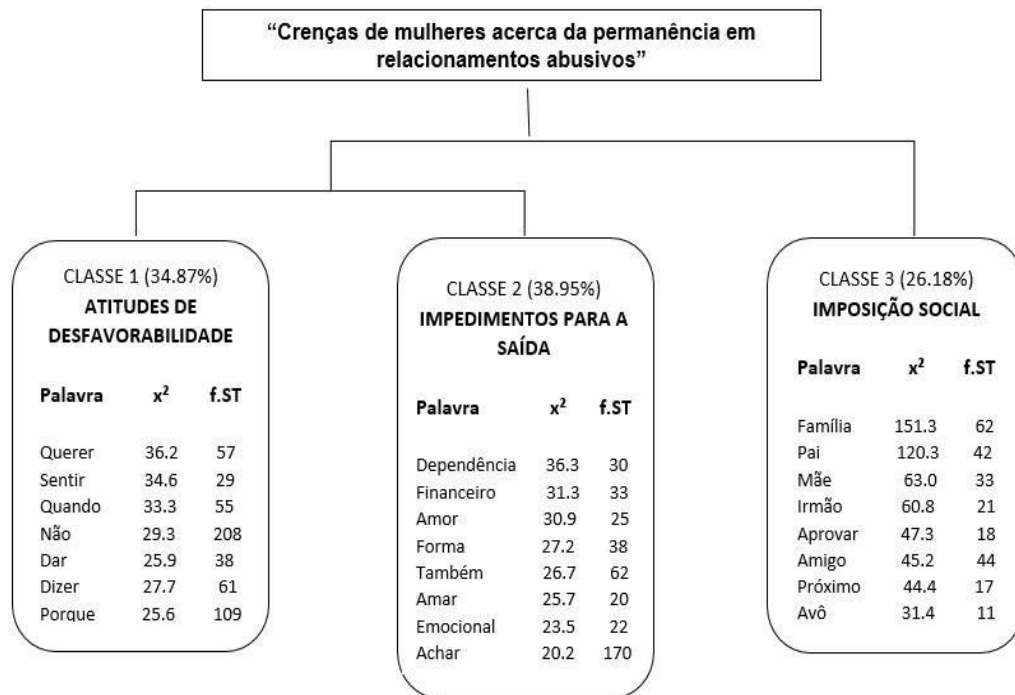


Figura 1. Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente com as partições e conteúdo corpus da pesquisa

Caracterização das Classes

Ocorreram duas partições no corpus, sendo que a primeira diferenciou a classe Imposição Social do restante do corpus, esta classe representa 26,18% dos segmentos de texto e seu conteúdo envolve a pressão social percebida para a realização do comportamento. Já na segunda partição, a classe Atitudes de Desfavorabilidade se diferenciou, correspondendo a 34,87% do corpus e referem o quão favoráveis ou desfavoráveis as respondentes são frente a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos. E, finalmente, a classe do Impedimentos para a Saída, representando a maior parte do corpus textual, com 38,95%, que evidencia o quão capazes essas mulheres se percebem para a realização do referido comportamento.

A Classe 1, Atitudes de Desfavorabilidade, segunda classe mais expressiva do conteúdo das entrevistas, representando 34,87% dos segmentos de texto, revela as atitudes das mulheres acerca da permanência em relacionamentos abusivos, ou seja, as vantagens e desvantagens do referido comportamento. Alguns segmentos de texto de cada classe auxiliam na compreensão do conteúdo da mesma e o contexto de seus elementos:

Não vale a pena estar nesse relacionamento. Porque senão eu vou me destruir, até o ponto de querer me matar. Eu nunca tentei suicídio, mas cheguei ao ponto de dizer 'eu prefiro morrer do que acabar com ele' (Score: 164,88).

A violência psicológica, dentre as modalidades de violência, é a mais difícil de identificar (BRASIL, 2001). Ela pode provocar sentimentos de desvalorização, ansiedade, baixa imunidade, que se prolongam por um longo período e, quando agravados, podem ter como consequência a ideação suicida e/ou a prática propriamente dita. Mulheres em situação de violência por parceiro íntimo apresentam maior risco para o surgimento de transtornos mentais, síndrome de dor crônica, dificuldades para socialização, uso abusivo de álcool e outras drogas, problemas na saúde reprodutiva e ideação suicida (ORGANIZAÇÃO PARAMERICADA DE SAÚDE, 2013; SILVA et al., 2011).

Eu me senti culpada por não querer. Então acho que vivi isso e tiveram várias consequências. De me sentir mal. De achar que eu estava errada e que ele estava certo (Score: 153,35).

Peixoto e Nobre (2015) referem que a mulher se sente culpada porque a responsabilidade da violência recai sobre ela, além disso, a sociedade busca, em seus comportamentos, a justificativa para a violência. A culpabilização da vítima se configura como um agravante, considerando que para além da violência sofrida, a mulher é socialmente desmoralizada, reiterando a posição de submissão nas relações sociais e o seu papel de propriedade do homem, corroborando a noção androcêntrica que vigora socialmente (CARDOSO; VIEIRA, 2014). A culpabilização como tentativa de identificar motivos que possam justificar a violência é um fato bastante recorrente, de acordo com os dados apontados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Os dados evidenciam que 35% da amostra do estudo “concordam totalmente” que se as mulheres soubessem como se comportar visualizaríamos menos estupros e 23,2% “concordam parcialmente”. Além da culpabilização da vítima, estes dados mostram o quanto a impunidade frente a violência sexual contra a mulher está enraizada (DREZETT, 2003).

A desvantagem é você não poder ser quem você é. Não poder sair com as suas amigas. Não poder sair com a roupa que você está se sentindo bem, só porque a outra pessoa não quer (Score: 144,51).

Segundo Del Priore (2014), ocidentalmente, as mulheres foram controladas pelos limites estabelecidos e impostos pela figura masculina. Quando o homem discordava do modo de vestir da mulher, podia dispor de sua autoridade, instrumentalizada em diferentes recursos, através de um discurso de recriminação ou até da violência física, controlando-a para vestir-se ao modo que agradasse ao pai, marido, irmãos e/ou outras figuras masculinas.

É importante pontuar que a mulher vítima de violência deixa clara a desordem de sentimentos depois de passar pela violência, principalmente quando esta é praticada pelo parceiro íntimo. As vítimas desenvolvem insegurança frente aos sentimentos demonstrados, considerando a variabilidade de um extremo a outro, onde podem ser observados comportamentos de submissão, medo, ingenuidade e vulnerabilidade feminina construída ao longo da história (FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012). A vítima da violência experiencia dificuldade para descrever a situação vivida: “Enquanto ela não conseguia explicar, em palavras, pelo que estava passando, dizia a si mesma que era apenas uma situação penosa, difícil de ser vivida” (HIRIGOYEN, 2006, p. 90). Além do emudecimento, acontece também a relativização do mal. A mulher, subjugada nas ambivalências, situada entre o “eu te amo” e o “eu te odeio”, torna-se incapaz de distinguir o bom do mau e o bem do mal, indicando uma ausência do vínculo com a verdade. É o fenômeno da cabeça oca, descrito por Bollas (2008, p. 13). Ainda de acordo com este autor, existe uma falta de visão da vítima, uma espécie de ingenuidade frente àquele que perpetra a violência, considerando que a violência esvazia a cabeça a partir da incompreensão muda (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2010). A ingenuidade e a insegurança foram sentimentos citados pelas entrevistadas como influenciadores no processo de permanência em um relacionamento abusivo, como evidenciado no trecho a seguir:

Pessoas inseguras, que tem medo de ficar sozinhas. Acho que pessoas ingênuas, porque vão continuar em uma coisa, que já dá para perceber que não vai dá certo (Score: 163,97).

A questão levantada pela entrevistada pode nos fazer refletir acerca dos sentimentos de insegurança e solidão enquanto estado pré violência ou como consequência desta. Segundo Bourdieu (2014), a dominação masculina caracteriza-se, para além de outros fatores, por um permanente estado de

insegurança. Considerando a socialização feminina, em que se impõe que sejam sempre gentis, disponíveis, atraentes e submissas, as mulheres submetem-se, com mais facilidade, aos desejos de seus parceiros. Dessa maneira, as mulheres estão sujeitas a diversas formas de violência, desde o isolamento social, a violência psicológica, moral e sexual.

A Classe 2, Impedimentos para a Saída, foi a classe mais expressiva, representando 38,95% dos segmentos de texto, esta categoria evidencia o controle comportamental percebido, ou seja, as facilidades e dificuldades em permanecer em um relacionamento abusivo.

Eu acho que muitas mulheres continuam por causa dos filhos. Por causa de uma dependência emocional também. Algumas pessoas que eu conheço tem uma dependência emocional do outro, muito grande (Score: 187,28).

Além disso, outro fator associado a permanência em relacionamentos abusivos pelas mulheres entrevistadas foi a dependência financeira, como mostra a fala abaixo:

De repente, não tem uma independência financeira. E acaba permanecendo em um relacionamento abusivo por conta disso. Por não ter como se sustentar (Score: 126,14).

Estudos acerca dessa temática vem apontando dados semelhantes ao demonstrarem que a dependência emocional e financeira, a valorização da família, a preocupação com os filhos, a idealização do amor e do casamento, o desamparo diante da necessidade de enfrentar a vida sozinha e a ausência de apoio social, aparecem como alguns dos fatores favoráveis a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos (MIZUNO; FRAID; CASSAB, 2010; OLIVEIRA et al., 2015). Além disso, Oliveira et al. (2015) afirmam que o fator socioeconômico é decisivo na desordem de um lar e que o medo e a dependência financeira da mulher em relação ao parceiro são os motivos mais marcantes para a não realização de uma denúncia.

Entretanto, segundo o Balanço da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, 34,67% das mulheres dependem financeiramente do agressor, enquanto 65,33% não sofrem com a dependência financeira. Esse dado nos evidencia que as mulheres que efetuaram a denúncia neste canal de atendimento, majoritariamente, não dependem financeiramente de seus

companheiros agressores, de modo que nos levanta a questão: o perfil financeiro das mulheres que denunciam é igual ao perfil daquelas que não o fazem?

Por fim, pôde-se observar que o uso da palavra amor no contexto desta classe, esteve associado ao amor da mulher por si mesma, como podemos visualizar na seguinte fala:

Eu não vejo vantagem. Acho que se você não tiver amor próprio pode ser que você continue em um relacionamento abusivo. Mas eu não vejo vantagem (Score: 128,71).

Já a Classe 3, Imposições Sociais, representando 26,18% dos segmentos de texto, refere a norma subjetiva, ou seja, a pressão social percebida para a permanência ou não em um relacionamento abusivo, revelado através das pessoas e/ou grupos que aprovariam ou desaprovavam o comportamento.

Acho que todas as pessoas próximas a mim reprovariam esse ato. A família inteira. Mãe, pai, irmão, primo, sobrinho, tia, madrinha, todo mundo (Score: 513,98).

O caminho percorrido por mulheres na busca de recursos para romper com a violência, apontam a falta de apoio, a revitimização e o preconceito, provocando novas formas de violência (MENEHHEL et al., 2011; SANTOS; VIEIRA, 2011). Segundo Dutra et al. (2013), apesar da constatação da relevância das redes sociais para o enfrentamento à violência, ainda existe carência da identificação e da configuração destas redes. Kopadia et al. (2010) afirmam que a qualidade do apoio recebido da rede social das mulheres é determinante para o rompimento do relacionamento abusivo, considerando a possibilidade de fomentar processos de empoderamento às mulheres, longe de moralismo e julgamentos.

De acordo com Schraiber et al. (2007), o apoio da família é muito valorizado pelas mulheres que vivem em relacionamentos abusivos, no entanto, algumas vezes, o que seria um fator de proteção acaba desempenhando papel de fator de risco. É o caso de famílias que defendem o casamento como indissolúvel e, portanto, passam a banalizar a violência e a exercer influência para a permanência no relacionamento abusivo. Além disso, pode ocorrer também em famílias em que o pai e a mãe vivenciam ou vivenciaram situações de violência.

O marido é da igreja e a mulher também. Um dia esse marido trai a mulher. O que o pessoal da igreja faz? Apoia que continue com ele. Que ore por ele (Score: 39,96).

De acordo com Citeli e Nunes (2010), popularmente, a religião está associada à paz e o bem comum, fato que “dificulta a percepção do potencial de violência que subjaz em seu discurso e em sua prática, sobretudo em relação às mulheres” (p. 5). Ainda de acordo com as autoras, os tabus religiosos, muitas vezes, contribuem para a manutenção da mulher em um relacionamento abusivo e disseminam o mito do lar como lugar seguro e sagrado a ser mantido acima de tudo. Segundo Tomita (2004), “a inferiorização das mulheres veiculada por discursos religiosos é uma forma de violência simbólica, implementada através de representações sociais” (p. 175) Um exemplo disto é o modelo tradicional de família patriarcal, marcado estritamente por relações heterossexuais, chefias masculinas e a submissão da família ao pai/marido. Quando a religião incentiva obediência, passividade e submissão para as mulheres, contribui para a (re)produção de diversas formas de violências (STRÖHER, 2009).

Análise de Similitude

Esta análise se baseia na teoria dos grafos e possibilita identificar coocorrências entre as palavras e indicações da conexidade entre elas, diferenciando as partes comuns e as especificidades através das variáveis descritivas identificadas na análise (MARCHAND; RATINAUD, 2012). Para tanto, para visualizar a relação e a força estabelecida entre as classes, utilizou-se desta análise das evocações, através de um gráfico conhecido como *árvore máxima*.

A partir do resultado obtido, podemos notar a existência de uma classe de palavras associadas ao pronome pessoal *eu*, outra classe de palavras associadas ao substantivo *pessoa*, uma terceira associada ao substantivo *relacionamento*, além de uma quarta associada ao substantivo *mulher* e, por último, identifica-se associação entre o substantivo *sociedade*. Em destaque, associadas ao pronome *eu*, pode-se observar *querer*, *pensar*, *acreditar* e *permanecer*. Já associadas ao substantivo *pessoa*, percebe-se *conseguir*, *medo*, *vontade* e *amor*. Com o substantivo *relacionamento* as associações foram com *abusivo*, *refletir*, *submisso* e *opressão*. E com o substantivo *sociedade*,

surge associação única e direta com a palavra *pressão*. Estas informações podem indicar a diferença entre a autoexplicação e o julgamento social. As autoexplicações podem desconsiderar fatores importantes e exagerar em outros menos importantes, as pessoas, portanto, podem, equivocadamente, atribuir sua tristeza em um dia de chuva ao vazio de sua vida (SCHWARZ; CLORE, 1983). Do mesmo modo que, Myers (2014), refere que as pessoas, geralmente, negam a influência que podem sofrer da mídia, mas afirmam prontamente acerca desta influência para os outros. considerando que, geralmente, as mesmas utilizaram-se do julgamento social, ao invés da autopercepção, ainda que fossem solicitadas a isso.

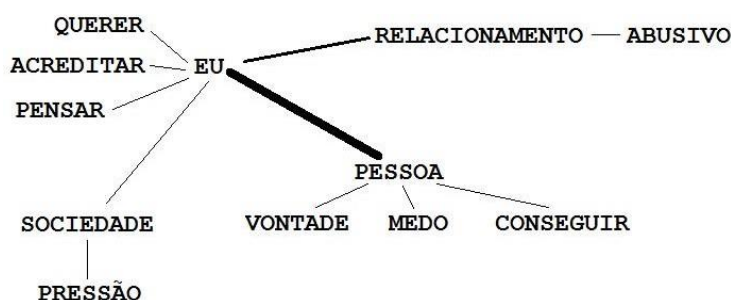


Figura 4. Análise de Similitude

Para as palavras relacionadas ao pronome *eu*, identifica-se uma possível estaticidade dos fenômenos, enquanto que as palavras relacionadas a *peessoa* parecem indicar certa imposição. Além disso, a árvore máxima da análise de similitude parece indicar uma definição de relacionamento abusivo enquanto opressivo e, conseqüentemente, caracterizado por submissão. Por fim, as últimas associações refletem a pressão social percebida pelas entrevistadas como fator marcante frente a decisão de sair/permanecer de um relacionamento abusivo.

Conclusões

De acordo com as informações apresentadas nesta pesquisa, pode-se afirmar que as crenças das mulheres acerca da permanência em relacionamentos abusivos revelam a dependência emocional, dependência financeira e os filhos como os principais motivos para a manutenção do relacionamento. Os dados estatísticos acerca da dependência financeira

apontam que a maioria das mulheres que realizaram denúncia pelo Ligue 180 são independentes financeiramente de seus companheiros/cônjuges, podendo indicar significativa relação entre não denunciar e depender financeiramente do companheiro agressor. Além disso, a dependência emocional e os filhos também são fatores que merecem destaque para pesquisas posteriores, considerando que ambos podem ter raízes no contexto social das vítimas.

Ademais, a pesquisa revela as crenças acerca de vantagens e desvantagens de permanecer em relacionamentos abusivos, os resultados apontam que a maioria delas não visualiza vantagem e, entre as desvantagens, o controle sobre si, especialmente em relação aos convívios sociais e as vestimentas, além da desvalorização de si e a baixa autoestima são as de maior destaque. Apesar de não referirem vantagens para a permanência, as entrevistadas parecem indicar o controle comportamental percebido, através das dependências emocional e financeira e a proteção dos filhos como fatores mais prioritários.

Em relação às normas subjetivas, ou seja, a pressão social percebida para permanecer em um relacionamento abusivo, a família e os grupos de igreja apareceram como ponto de divergência, considerando que algumas mulheres os apontaram como fator de proteção e outras enquanto fator de risco. Entretanto, esta classe apresentou-se com menor representatividade do conteúdo das classes originárias da análise, de forma que, pode-se concluir que as atitudes e o controle comportamental, compreendidas enquanto crenças acerca de vantagens e desvantagens e o quanto sentem-se capazes ou incapazes revelam mais significativamente a intenção sobre permanecer em um relacionamento abusivo do que as opiniões de pessoas importantes acerca deste comportamento.

À guisa de conclusão, ressalta-se que as decisões individuais não dependem, exclusivamente, da vontade própria, mas também da situação social, da opinião comunitária e dos amigos/familiares, do acesso a serviços de educação e saúde e outros e, conseqüentemente, de sua cultura. A partir destes estudos é possível pensar em intervenções de mudança comportamental dirigidas a um ou mais determinantes: as atitudes, as normas subjetivas ou o controle comportamental percebido. O planejamento interventivo deve considerar o quão pertinente pode ser a mudança em cada construto.

Ao mesmo tempo que se reconhece as potencialidades deste modelo teórico, pontua-se que a diversificação da amostra pode ampliar os resultados, de modo a incluir entrevistados de diferentes regiões, assim como homens. Além disso, o aprofundamento das questões pode suprimir questões que este estudo não conseguiu atingir.

Capítulo 3

Intenção Feminina de Permanecer em um Relacionamento Abusivo: Elaboração e evidências de validade

Resumo

Este estudo teve o objetivo de, com base na Teoria da Ação Planejada, desenvolver um instrumento capaz de identificar atitudes e crenças de mulheres acerca da permanência em relacionamentos abusivos, assim como avaliar suas propriedades psicométricas. O estudo se realizou em duas etapas: (1) análise de crenças para a construção de um instrumento quantitativo; e (2) aplicação desse instrumento. Na primeira etapa contamos com a participação de 27 mulheres universitárias e realizou-se através de entrevistas semiestruturadas nas instituições de ensino superior. Já na segunda etapa participaram 874 mulheres universitárias. Os resultados demonstraram que a intenção das mulheres de permanecer em um relacionamento abusivo está associada apenas as normas subjetivas, ou seja, a pressão social percebida se relaciona com a intenção comportamental para realiza-lo, enquanto as atitudes e o controle comportamental não desempenham papéis preditivos significantes. Este fato parece indicar a Teoria da Ação Racional, antecessora da TAP, como um modelo que apresente maior ajuste aos dados na compreensão deste tipo de comportamento, entretanto, estudo futuros devem atentar a isso.

Palavras-chave: Instrumento; Relacionamento Abusivo; Mulheres.

Abstract

Based on the Theory of Planned Action, this study aimed to develop an instrument capable of identifying the attitudes and beliefs of women about staying in abusive relationships, as well as evaluating their psychometric properties. The study was carried out in two stages: (1) belief analysis for the construction of a quantitative instrument; and (2) application of this instrument. In the first stage we had the participation of 27 women's college and was carried out through semi-structured interviews in higher education institutions. In the second stage, 874 women's college participated. The results demonstrated that the intention of women to remain in an abusive relationship is only associated with subjective norms, that is, perceived social pressure is related to the behavioral intention to achieve it, while attitudes and behavioral control do not play predictive roles signifiers. This fact seems to indicate the Theory of Rational Action, predecessor of the TAP, as a model that presents greater adjustment to the data in the understanding of this type of behavior, however, future study must pay attention to this.

Keywords: Instrument; Abusive relationship; Woman.

Introdução

Para compreender os motivos pelos quais as mulheres podem permanecer com seus companheiros agressores é necessário dar visibilidade a realidade camuflada que abusa e assujeita-as cotidianamente (NARVAZ; KOLLER, 2006). Para Cortez e Souza (2008) o gênero é um elemento relacionado às práticas sociais e, em nossa cultura, sugere-se a hierarquização entre masculino e feminino. De um lado, apresenta-se o poder, a força, a racionalidade e a funcionalidade representados pelo homem, do outro lado, sentimentalismo, emoção e passividade relacionados a mulher. Ocasionalmente, a violência contra as mulheres é aceita e tolerada em decorrência dos papéis socialmente impostos, provocando inferiorização destas sob os homens (VENTURA et al., 2013).

Algumas questões difundidas em nossa sociedade podem contribuir para a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos, Para Sinclair (2010), essas questões podem ser categorizadas em quatro regras: 1) o papel tradicional feminino; 2) a privacidade do lar; 3) o modelo ideal de família intacta; e 4) culpabilização da vítima. A primeira regra, dentre outros aspectos, conota as aspirações femininas enquanto secundárias às de seu companheiro. A segunda regra pode ser associada ao dito popular de que *em briga de marido e mulher, não se mete a colher*. A terceira regra pode ser melhor compreendida pela máxima que afirma *um casamento infeliz é melhor que um lar desfeito*. E, finalmente, a quarta regra busca uma análise aprofundada da conduta da mulher vitimada, com o intuito de eximir a culpa e justificar a conduta do abusador (SINCLAIR, 2010). Além disso, Gomez, Speizer e Moracco (2011) apontam a regra em relação ao ciúme, comumente, referido como justificativa para a violência. Para a cultura latina, o ciúme, frequentemente associa-se ao amor, de modo que, aquele que ama deve enciumar-se de seu/sua companheiro/a e, aquele que não o sente, revela ausência de um amor verdadeiro (FERREIRA-SANTOS, 2003).

De acordo com Hirigoyen (2006), geralmente, diversos fatores podem ser impeditivos para a identificação de alternativas que auxiliem na saída destes

relacionamentos. O rompimento de uma relação afetiva marcada pela violência é um processo demorado e, presumir que a denúncia aos órgãos competentes define a resolutividade da questão é desconhecer o ciclo de violência e minimizar a dinâmica destas relações (MARQUES, 2005). O ciclo da violência pode ser caracterizado por períodos de violência acompanhados de momentos de acomodação e calma entre o casal. A interrupção do abuso, nos momentos de calma, pode potencializar a não caracterização dos episódios sofridos enquanto abuso, pressupondo o arrependimento do abusador. Este é um dos fatos que possibilitam maior compreensão acerca da dificuldade que as vítimas encontram frente ao rompimento do vínculo com seu companheiro-agressor (KELLY; JOHNSON, 2008). Além disso, quando as vítimas se encorajam para realizar denúncia, correm o risco de serem revitimadas, tanto pelo parceiro quanto pelas instituições competentes (GRACIA; MERLO, 2016).

Frente a tudo isso, reconhece-se a complexidade que envolve a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos e, em concordância ao que postula a Cartilha da Lei Maria da Penha e Direitos da Mulher (2011), não se deve julgar as mulheres que permanecem em relações abusivas, mas sobretudo, procurar compreendê-las e auxiliá-las frente a esta situação, atuando enquanto apoio fundamental para a resolução do problema. É relevante referir que o estudo do comportamento humano é extremamente complexo, tem seu início datado do século XIX. Em 1975 Fishbein e Ajzen propõem a Teoria da Ação Racional como suporte teórico para avaliação e predição de comportamentos que, posteriormente, torna-se a Teoria da Ação Planejada.

- **Teoria Da Ação Planejada**

A Teoria da Ação Planejada (Ajzen, 1985) surge como uma teoria alternativa à Teoria da Ação Racional, para justificar de que modo as influências sobre um sujeito podem determinar sua decisão frente a algum comportamento. Para esta teoria a intenção de uma pessoa para realizar um comportamento é o determinante fundamental para sua execução, considerando que esta reflete o grau de motivação para realização deste (COURNEYA; MCCAULEY, 1995). Este modelo teórico pressupõe que as intenções para execução de um comportamento envolvem três construtos: 1) atitudes em relação ao comportamento; 2) as normas subjetivas e 3) o controle comportamental

percebido, de modo que estas variáveis associadas permitem a predição do comportamento (AJZEN, 1991). As atitudes referem-se a avaliações subjetivas que relacionam uma característica a um objeto. As normas subjetivas dizem respeito a pressão social percebida para realização de determinado comportamento. E o controle comportamental percebido como a percepção de facilidades e/ou dificuldades para a execução do comportamento (AJZEN; FISHBEIN, 1980; AJZEN, 1985).

Segundo Ajzen (2002) os três construtos assinalam medidas diretas e são baseados em medidas indiretas, chamadas crenças em relação a determinado comportamento. As crenças exercem papel central nesta teoria, são consideradas bases sólidas, cognitiva e afetiva, para a construção de atitudes, normas subjetivas e controle comportamental percebido. As crenças podem ser: comportamentais, normativas e de controle, revelando, respectivamente, os resultados prováveis para realização de um comportamento, a percepção de pessoas significativas acerca do que o sujeito deve ou não fazer e, os recursos e obstáculos que o indivíduo percebe frente a realização de um comportamento.

Heidemann, Araújo e Veit (2012) defendem a Teoria da Ação Planejada como um referencial teórico e metodológico potencialmente útil para pesquisas que envolvam a verificação de atitudes. E além disso, afirmam que este modelo teórico pode auxiliar pesquisadores na construção de instrumentos para mensuração de atitudes, assim como, na análise de seus resultados e no delineamento de ações e programas de intervenção.

- **Construção e Validação de Escala**

A construção de novos instrumentos de avaliação psicológica é uma temática de grande interesse para a psicologia, nos últimos anos, especialmente, após a Resolução do Conselho Federal de Psicologia - CFP nº 02/2003 (CFP, 2003). A elaboração de um instrumento de medida é uma tarefa desafiadora e precisa efetuar-se com rigor metodológico, através de etapas e procedimentos precisos e bem definidos (PASQUALI, 1998). Já o processo de validação de instrumentos deve ser compreendido como uma ferramenta metodológica de análise da capacidade de o instrumento aferir, precisamente, aquilo que pretende mensurar (LIMA; GALLANI; FREITAS, 2012).

Torna-se cada vez mais relevante dispor de instrumentos qualificados que forneçam auxílio aos clínicos e pesquisadores no direcionamento de suas intervenções profissionais, investigações diagnósticas e forneçam aos pesquisadores recursos metodológicos para o estudo dos processos avaliativos, sobretudo, considerando a escassez de medidas psicométricas validadas e precisas para a avaliação da permanência de mulheres em relacionamentos abusivos.

Dessa maneira, este estudo tem o objetivo de desenvolver um instrumento que permita identificar atitudes e crenças de mulheres acerca da permanência feminina em relacionamentos abusivos, assim como avaliar suas propriedades psicométricas. Para tanto, foi construída a Escala de Atitudes para Mulheres sobre a Permanência em Relacionamentos Abusivos (AMPRA).

Método

• Construção do Instrumento acerca da Permanência de Mulheres em Relacionamentos Abusivos

➤ Etapa I

A construção deste instrumento fundamentou-se em estudo anterior, conforme a metodologia utilizada por Fishbein e Ajzen (1975), através da análise de crenças e atitudes de um grupo de 27 mulheres universitárias, da cidade de Maceió (Alagoas), com idades entre 18 e 42 anos ($M=23,37$; $DP=5,79$). Todas as participantes estavam vivendo um relacionamento (59,2% em um namoro, 18,5% em um casamento, 14,8% em relações casuais, 3,7% em um noivado e 3,7% em União Estável). O tempo de relacionamento variou de 1 mês até 25 anos (22,2% viviam relação com período inferior a 1 ano, 59,2% no período entre 1 ano e 5 anos, 11,11% no período de 5 a 10 anos e 7,4% no período acima de 10 anos).

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas individualmente e consistiam em 14 perguntas abertas com ênfase na intenção de permanecer em um relacionamento abusivo. As participantes foram solicitadas a responder sobre as vantagens e desvantagens de permanecer em um relacionamento abusivo, sobre quais as pessoas e/ou grupos cujas opiniões sobre a realização desse comportamento seriam importantes e os fatores que facilitariam ou dificultariam a permanência em um relacionamento abusivo. As vantagens e

desvantagens são consideradas crenças comportamentais. As pessoas e/ou grupos mais citados pelas entrevistadas são consideradas como referentes ligados às crenças normativas. E os fatores que facilitam ou dificultam a permanência em um relacionamento abusivo estão relacionados às crenças de controle. Todos os eixos seguiram o modelo postulado pela Teoria da Ação Planejada (MOUTINHO; ROAZZI, 2010).

Para a análise dos dados, utilizou-se o software IRAMUTEQ (Interface de R pour lês Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), seguindo as seguintes etapas: (a) Transcrição das entrevistas; (b) Adequação para a Corpus Textual; (c) Análise Estatística; e (d) Classificação Hierárquica Descendente (CHD).

O *corpus textual* foi dividido em 909 segmentos de textos e, destes, 783, ou seja, 86,14% do total de palavras foram equiparadas por meio de classificações hierárquicas descendentes de segmentos de texto de tamanhos diferentes, indicando o grau de semelhança no vocabulário das três classes resultantes. A Classe 1, referente às Atitudes de Desfavorabilidade, foi a segunda classe mais expressiva do conteúdo das entrevistas, representando 34,87% de todo o corpus textual. Esta classe refere consequências psicológicas, a exemplo de ideação suicida e culpabilização da vítima, aliada ao controle sobre relações sociais e vestimentas como desvantagens do referido comportamento. Além disso, as respondentes indicaram insegurança e ingenuidade como fatores predisponentes para a permanência em relacionamentos abusivos. A Classe 2, Impedimentos para a Saída, referente ao Controle Comportamental, foi a mais expressiva com 38,95% de todo o corpus. Esta classe apresenta a dependência emocional e financeira, a valorização da família e a preocupação com os filhos como alguns dos fatores favoráveis a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos. Enquanto pontuaram o amor próprio como componente fundamental para a saída de relacionamentos abusivos. Já para a Classe 3, Imposição Social, refere a Norma Subjetiva, com representação de 26,18% do corpus textual, indicou família, em seus mais variados parentescos, enquanto fator de proteção para a não permanência em relacionamentos abusivos, ao mesmo tempo em que pontuou amigos da igreja e pessoas mais velhas como grupos mais suscetíveis à aprovação deste comportamento.

➤ Etapa II

A construção do instrumento quantitativo ocorreu após a identificação e agrupamento das referidas crenças. Os itens avaliativos para atitudes, norma subjetiva, controle comportamental e intenção seguiram a recomendação dos autores (AJZEN; FISHBEIN, 1975). Além de uma etapa de Avaliação pelo público-alvo, com o objetivo de verificar se os itens, as instruções e a escala de resposta eram compreensíveis para o público-alvo (BORSA; DAMÁSIO; BANDEIRA, 2012). As questões sociodemográficas (sexo, idade, escolaridade, orientação sexual), foram seguidas de dois tipos de inquérito: uma questão aberta sobre a compreensão das mulheres sobre relacionamento abusivo e a Escala de Atitudes para Mulheres sobre a Permanência em um Relacionamento Abusivo (AMPRA). A Escala AMPRA totalizou 57 itens e foi do tipo *Likert*, variando de 1=Discordo Totalmente a 7=Concordo Totalmente, tendo como ponto médio o número 4.

Participantes

O critério do tamanho da amostra recomendado para validação de instrumentos refere que é necessária uma amostra de 10 sujeitos para cada item do instrumento (PASQUALI, 1999). A amostra deste estudo foi composta por 875 mulheres, superando a recomendação que seria de 570 participantes. As mulheres possuem idades entre 18 e 49 anos (M=28,35; DP=6,87). A maioria das respondentes, 73,1% está em um relacionamento amoroso. Destes, 31,8% foram classificados como namoro, 29,7% classificados como casamento, 4,3% classificados como casual, 3,8% como União Estável e 3,5% como noivado. Além disso, 52,7% referiram não possuir religião e 64,6% não possuem filhos. A maioria das mulheres respondentes, 72,7%, afirmaram viver ou ter vivido um relacionamento abusivo e, 94,5% delas referiram conhecer alguém que está ou esteve em um relacionamento abusivo. Acerca da escolaridade da amostra, 60,9% afirmaram possuir Ensino Superior completo, 31,3% possuem Ensino Superior incompleto ou estão cursando, 7,1% concluíram o Ensino Médio, 0,6% possuem Ensino Médio incompleto ou estão cursando e, apenas, 0,1% concluíram o Ensino Fundamental. A respeito do Estado em que residem, 27,1% são de São Paulo, 10,9% são do Rio Grande do Sul, 8,2% são de Alagoas, 8%

são de Pernambuco e 7,8% são de Minas Gerais. Acerca da orientação sexual, 83,7% afirmaram-se enquanto heterossexuais, 13,3% enquanto bissexuais, 1,8% enquanto homossexuais e 1,3% outros.

Procedimentos

As participantes do estudo foram contatadas através das redes sociais, a partir do compartilhamento da página de acesso ao instrumento *online*. Todas as participantes foram voluntárias e concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, indicando a autorização e o entendimento de todos os aspectos de investigação da pesquisa, de acordo com a Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (Ministério da Saúde, 2012). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas – UFAL (parecer CAAE 64409517.5.0000.5013). O questionário online foi disponibilizado por 7 dias, no mês de fevereiro de 2018.

Análise dos Dados

Os dados foram tabulados no SPSS 18.0 (*Statistical Package for Social Sciences*), onde foram realizadas análises descritivas (frequência, porcentagem, média, desvio-padrão) para a caracterização dos participantes. Posteriormente, foi conduzida análise para verificar a viabilidade da Análise Fatorial Exploratória, através do teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e o Teste de Esfericidade de Bartlett. Em seguida, realizou-se a análise de consistência interna pelo alfa de Cronbach. Com a elaboração destes indicadores, foi realizada a Análise de Regressão.

Para a questão aberta do questionário, utilizou o software IRAMUTEQ, conforme descrito anteriormente.

Resultados e Discussão

O que é um relacionamento abusivo?

Com o intuito de identificar como as mulheres compreendem e definem relacionamento abusivo, perguntou-se “O que você entende por relacionamento abusivo?”. Todas as 874 respostas foram transformadas em *corpus* textual para serem analisadas através do software IRAMUTEQ.

Caracterização das Classes

Na análise do *corpus* “Compreensões acerca de relacionamentos abusivos” foram observadas 32.094 ocorrências de palavras, sendo 3.247 formas distintas. Esse *corpus* foi dividido em 892 segmentos de textos e, destes, 615, ou seja, 68,95% do total de palavras foram equiparadas por meio de classificações hierárquicas descendentes, revelando o grau de afinidade no vocabulário das três classes resultantes.

Ocorreram duas partições no *corpus*, sendo que a primeira diferenciou a classe Desamparo do restante do *corpus*, esta classe representa 41,54% dos segmentos de texto e seu conteúdo envolve a definição de relacionamento abusivo enquanto uma prática de controle e indutora de culpa. Já na segunda partição, a classe Tipificação da Violência se diferenciou, correspondendo a 37,88% do *corpus* e referem os tipos de violência presentes em um relacionamento abusivo. E, finalmente, a classe Aprisionamento, representando 20,58% dos segmentos de texto, evidenciando o relacionamento abusivo como resultado da perspectiva da mulher enquanto propriedade masculina aliado a perda de liberdade. Para atingir uma melhor visualização destas classes, elaborou-se um organograma com a lista de palavras de cada uma delas a partir do teste qui-quadrado.

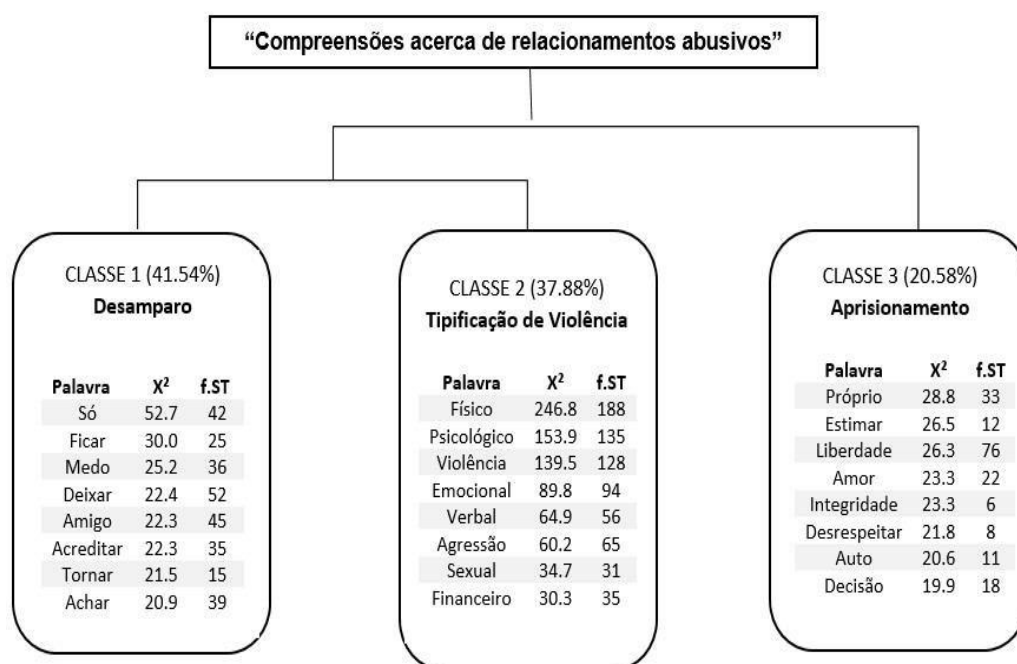


Figura 1. Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente com as partições e conteúdo do corpus da pesquisa

A Classe 1, Desamparo, foi a classe mais expressiva do conteúdo evocado pelas participantes, com percentual de 41,54% e, apresentando só, *ficar* e *medo* como palavras mais marcantes. Os segmentos de texto desta classe referem o relacionamento abusivo como uma prática de controle sobre a vida, de modo geral, além de ser capaz de gerar culpa, ainda que essa culpa não pertença à mulher. Alguns segmentos de texto, seguidos de seus escores absolutos (quando os segmentos de texto são classificados em função da soma dos χ^2 ligados à classe das formas ativas que os contém) elucidam o conteúdo desta classe e o contexto de seus elementos:

Ser submissa às vontades do parceiro por medo de ficar só. Sentir-se culpada por coisas que sabe que não fez, só porque o parceiro te culpa. Por isso, aceitar tudo que o outro faz, por achar que se não o fizer, ele te deixará (Score: 207,97).

Sommacal e Tagliari (2017) afirmam que a mulher tende a receber a culpa por situações cotidianas, a exemplo do insucesso do matrimônio, pela infidelidade do parceiro e, inclusive, pela relação sexual malsucedida, de modo que se coloca em pauta a acareação da vítima, para que ao invés de culpar o criminoso, questione-se, em profundidade, a vida da mulher, com o intuito de excluir a culpabilidade daquele. Nesse sentido, como resultado de uma cultura que valoriza os padrões sexuais hierárquicos, é cotidiana a culpabilização da mulher (SANTI; NAKANO; LETTIERE, 2010), como evidenciado também no segmento de texto abaixo:

A mulher quer trabalhar, mas o marido não deixa. A mulher, ainda assim, vai trabalhar. O marido briga com a esposa. Não lhe dá mais dinheiro para comprar as coisas e, por fim, trai a esposa, alegando que ela não teve tempo para cuidar dele (Score: 134,38)

Além da culpabilização da mulher, como evidenciado nos dois segmentos de texto supracitados, essa classe apresenta relacionamento abusivo enquanto controle e submissão às vontades de outrem, como podemos perceber neste segmento de texto: *É quando seu parceiro só quer que você faça o que ele quer. Não deixa você sair, trabalhar nem usar as roupas que você gosta.* Como podemos perceber a conceituação de relacionamento abusivo traz uma violência que escapa do espaço intrafamiliar e se estende para as relações sociais e de

trabalho, onde a mulher toma lugar de subordinação e o sexo masculino assume o controle sobre o feminino. Esta violência, que Bourdieu classifica como simbólica, está no fato de que a dominação masculina está isenta de justificação, considerando-se que é resquício da construção sócio histórica dos papéis sociais masculinos e femininos e, se fundamentam em uma perspectiva androcêntrica, refletindo em uma naturalização desta dominação (BOURDIEU, 2014).

A Classe 2, nomeada Tipificação da Violência, foi a segunda classe mais expressiva do conteúdo evocado pelas participantes, 37,88%, e revela *físico*, *psicológico* e *violência* como palavras de maior destaque. Nesta classe ficaram evidenciados os tipos de violências que podem caracterizar um relacionamento abusivo, inclusive através de exemplificação de comportamentos. Embora não exista um consenso a respeito dos tipos de violência contra a mulher, em geral, pesquisadores as classificam em violência física, sexual e emocional/psicológica (LEMES, 2002; SCHRAIBER et al., 2002). Silva, Coelho e Caponi (2007) ressaltam que apesar das tentativas de tipificar as violências contra a mulher, essas classificações tendem a se entrelaçar de diferentes modos. Para estes autores é difícil compreender a manifestação da violência física, sem a coexistência da violência psicológica, por exemplo.

Um relacionamento pautado em manipulação, violência física, violência psicológica e privar o outro de sua liberdade. Um relacionamento que prejudica a saúde mental dos envolvidos, seja com agressões físicas, psicológicas ou imposições sobre o modo de ser e/ou agir (Score: 694,75).

Os segmentos de texto desta classe, conforme indicado acima, revelam as violências física e psicológica, majoritariamente, entretanto, aparecem também as violências verbal, moral, sexual e patrimonial.

Por último, a Classe 3, nomeada Aprisionamento, 20,58%, evidencia *próprio*, *estimar* e *liberdade* como palavras mais utilizadas. Esta classe revela o relacionamento abusivo como resultado da noção da mulher enquanto propriedade masculina e a falta de liberdade para tomada de quaisquer decisões pessoais enquanto característica marcante:

[...] a cultura do machismo, disseminada muitas vezes de forma implícita ou sub-reptícia, coloca a mulher como objeto de desejo

e de propriedade do homem, o que termina legitimando e alimentando diversos tipos de violência, entre os quais o estupro. Isto se dá por dois caminhos: pela imputação da culpa pelo ato à própria vítima (ao mesmo tempo em que coloca o algoz como vítima); e pela reprodução da estrutura e simbolismo de gênero. (CERQUEIRA; COELHO, 2014, p. 2).

A afirmação acima confirma o discurso das respondentes, como pode-se perceber a partir deste segmento de texto acerca do que as mulheres entendem por relacionamento abusivo: *O relacionamento onde o companheiro acha-se dono de sua parceira, acha que ela é sua propriedade exclusiva* (Score:.. Podemos perceber o machismo como um reprodutor de violências, muitas vezes, imperceptíveis, reforçando a ideia da mulher enquanto propriedade do homem e, portanto, legitimando tais práticas.

Validação da AMPRA

Para apreciação da Escala AMPRA realizou-se uma Análise Fatorial Exploratória (AFE) dos componentes principais (rotação *varimax*) dos construtos, com o intuito de examinar sua configuração. Através desta avaliação podemos determinar o quanto a escala está relacionada aos conceitos teóricos que a fundamentam. Para averiguar a pertinência de submeter os dados ao procedimento da AFE, utilizou-se o critério de Kaiser-Meyer-Olkin ($KMO=0,82$), o qual é considerado um bom indicador, enquanto que no Teste de Esfericidade de Bartlett o nível de significância é de 0,00, o que garante correlações entre as variáveis ($X^2= 14149,29$; $p=0,000$). Estabeleceu-se saturação mínima, o valor de 0,40. E para os casos em que o item poderia pertencer a mais de um fator, utilizou-se o critério de mais alto valor de saturação. Nesta primeira análise, forçando quatro fatores, de modo a adequar-se aos construtos da TAP - (1) atitudes; (2) normas subjetivas; (3) controle comportamental percebido; e (4) intenção comportamental). Obteve-se um modelo de 29,6% de variância explicada, sendo 8,25% do primeiro fator, 7,26% do segundo, 7,06% do terceiro e 7,01% do quarto fator.

Deste modo, procedeu-se uma nova análise fatorial apenas com os itens que apresentaram carga fatorial acima de 0,40, seguindo as recomendações de Pestana e Gageiro, além de analisar a relação de cada um dos itens com seu respectivo fator. A segunda análise realizou-se conforme os padrões estabelecidos na primeira ($KMO=0,84$; $X^2=7355,78$; $p=0,000$). A segunda

análise implicou na eliminação de 30 dos 57 itens, de forma a compor uma Escala de 27 itens. Este modelo apresentou 47,80% da variância explicada, sendo 13,09% do primeiro fator, 12,14% do segundo, 11,51% do terceiro e 11,05% do quarto fator. Estabeleceu-se como saturação mínima, o valor de 0,40.

Tabela 1 - Análise Fatorial Exploratória, Média (DP) das dimensões da Escala AMPRA

Itens	Fator 1 (AT)	Fator 2 (NS)	Fator 3 (CC)	Fator 4 (IN)
21 - As mulheres permanecem em um relacionamento abusivo para proteger os seus filhos;	,658			
32 - As mulheres permanecem em um relacionamento abusivo por conta dos filhos;	,645			
24 - As mulheres permanecem em relacionamentos abusivos por conta da pressão social;	,609			
7 - Os filhos podem ser um impedimento para a saída de mulheres de relacionamentos abusivos;	,590			
19 - A cultura atual favorece a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos;	,575			
8 - Sentir-se culpada pela violência é normal para quem permanece em um relacionamento abusivo;	,546			
30 - Muito tempo de relacionamento dificulta a saída das mulheres de um relacionamento abusivo;	,494			
15 - A culpa é um dos fatores que fazem com que as mulheres permaneçam em um relacionamento abusivo;	,493			
54 - Ter medo de ficar sozinha é importante para permanecer em um relacionamento abusivo;	,417			
22 - Na opinião do meu pai eu devo permanecer em um relacionamento abusivo;		,737		
12 - Na opinião da minha mãe eu devo permanecer em um relacionamento abusivo;		,725		
28 - Na opinião de pessoas mais velhas eu devo permanecer em um relacionamento abusivo;		,652		
37 - As pessoas cujas opiniões são importantes para mim, apoiariam que eu		,630		

permanecesse em um relacionamento abusivo;				
17 - Na opinião das pessoas da minha igreja eu devo permanecer em um relacionamento abusivo;		,626		
45 - Na opinião das mulheres, em geral, eu devo permanecer em um relacionamento abusivo;		,511		
50 - Na opinião dos homens, em geral, eu devo permanecer em um relacionamento abusivo;		,485		
57 - Ter independência emocional é fundamental para sair de um relacionamento abusivo;		,733		
47 - Ter amor próprio é importante para sair de um relacionamento abusivo;		,708		
23 - Para sair de um relacionamento abusivo é preciso não ter medo de estar sozinha;		,647		
18 - Para sair de um relacionamento abusivo é necessário independência emocional;		,621		
25 - Ter liberdade para a tomada de decisões é essencial para sair de um relacionamento abusivo;		,574		
13 - Para sair de um relacionamento abusivo é necessário amor próprio;		,566		
53 - Permanecerei em um relacionamento abusivo caso as pessoas mais velhas achem que eu devo;		,699		
48 - Permanecerei em um relacionamento abusivo caso meus pais achem que eu devo;		,666		
43 - Permanecerei em um relacionamento abusivo caso as pessoas cujas opiniões são importantes para mim sejam favoráveis;		,663		
49 - Eu me esforçarei para permanecer em um relacionamento abusivo, caso isso me traga vantagens;		,615		
56 - Permanecerei em um relacionamento abusivo caso meus amigos de igreja achem que eu devo.		,609		
Eigenvalue	5,28	3,07	2,50	2,03
Variância Explicada	13,09%	25,23%	36,74%	47,80%
Alfa de Cronbach	0,70	0,80	0,77	0,82
Média (DP)	5,48(0,96)	3,04(1,24)	6,38(0,72)	1,40(0,79)

Nota: AT = atitude; NS = norma subjetiva; CC = controle comportamental; IN = intenção.

A média (DP) evidenciada na Tabela 1 revela a adesão das participantes a cada indicador. Desta maneira, identifica-se maior adesão ao Controle Comportamental Percebido, seguido das Atitudes, Norma Subjetiva e Intenção.

Análises da intenção em permanecer em um relacionamento abusivo

Para verificar as relações existentes entre os construtos da Teoria da Ação Planejada e as variáveis sociodemográficas, utilizou-se a correlação não paramétrica de *Spearman* (Tabela 2). O teste apontou correlações significativas entre: atitude e religião, atitude e filhos, norma subjetiva e religião, norma subjetiva e filhos, norma subjetiva e viver ou ter vivido um relacionamento abusivo, além de controle e filhos e, controle e viver ou ter vivido um relacionamento abusivo. E finalmente, intenção comportamental e viver ou ter vivido um relacionamento abusivo, intenção comportamental e religião, intenção comportamental e filhos. Todos os construtos, com exceção da atitude, se correlacionaram significativamente com a variável de viver ou ter vivido em um relacionamento abusivo. Desta forma, é possível indicar que ter experienciado um relacionamento abusivo implica em desfavorabilidade à permanência. Todos também se correlacionaram com a variável de possuir filhos, de modo que ter filhos pode indicar favorabilidade à permanência, além de apresentar-se enquanto obstáculo para a saída e apresentarem-se como referentes modais salientes. Nenhum construto esteve associado com a variável de estar em um relacionamento amoroso. E, a variável religião se correlacionou positivamente com atitudes e normas subjetivas, enquanto associou-se negativamente com a intenção comportamental. Apesar destas correlações apresentarem-se significativas, o coeficiente de correlação foi bastante reduzido, concentrando-se, respectivamente, pouco acima de 0,10 e, abaixo de 0,30 (COHEN ET AL., 2003).

Tabela 2 - Correlações entre os construtos da teoria e as variáveis sociodemográficas

	Possuir religião	Estar em um relacionamento amoroso	Possuir filhos	Viver ou ter vivido um relacionamento abusivo
Atitude	0,17**	0,02	0,10**	-0,06
Norma Subjetiva	0,09**	-0,02	-0,12**	-0,10**
Percepção de Controle	-0,02	0,03	-0,09**	-0,14**

Intenção Comportamental	-0,06*	-0,03	-0,10**	-0,16**
--------------------------------	--------	-------	---------	---------

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

* . Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Para analisar o poder explicativo da percepção de controle, das atitudes e da norma subjetiva na intenção de permanecer em um relacionamento abusivo, foi realizada uma Análise de Regressão Hierárquica. A análise resultou em um modelo estatisticamente significativo [$F(1,873)=106,068$; $p<0,001$; $R^2=0,108$], que inclui apenas a norma subjetiva ($\beta=0,329$; $t=10,299$; $p<0,001$) como preditora da Intenção Comportamental de permanecer em um relacionamento abusivo, explicando 11% desta intenção. É possível identificar que atitudes e controle comportamental não apresentam capacidade preditiva, contrariando o modelo proposto.

Tabela 3 - Análise de Regressão Múltipla

VI	R	R ²	F	Beta Padronizado	Beta	t	p
Normas	0,33	0,11	106,07	0,33	0,20	9,37	0,00
Atitudes	0,33	0,11	53,40	0,03	0,02	-0,62	0,53
Controle	0,33	0,11	36,02	0,04	0,04	1,12	0,26

Variável dependente: Intenção

A partir dos resultados deste estudo, observou-se que para esta amostra populacional, tanto as atitudes quanto a norma subjetiva exercem influência sobre a intenção comportamental de permanecer em um relacionamento abusivo. Entretanto, conforme podemos identificar na Análise de Regressão, o papel das atitudes na intenção comportamental é tão baixo que não apresenta significância. Esse dado nos indica que a pressão social percebida para a permanência em um relacionamento abusivo implica na intenção para não o realizar. Nesse viés, pode-se afirmar que as mulheres deste estudo demonstram menor preocupação com os motivos que podem facilitar e/ou dificultar a permanência em relacionamentos abusivos e o quão (des)favoráveis são a execução dele. Estes dados assemelham-se com os de Edwards (2011), onde atitudes mais positivas para deixar o parceiro e maior pressão social percebida foram relacionadas positiva e significativamente com as intenções

comportamentais para deixar o parceiro. Embora o controle comportamental percebido tenha se relacionado à intenção, quando combinado com atitudes e normas subjetivas, o controle comportamental não se apresentou de forma significativa. Edwards (2011) revela resultados diferentes do estudo que norteou a construção de seu questionário, de Byrne e Arias (2004). Neste, atitudes e controle comportamental percebido relacionavam-se a intenção para sair deste relacionamento, mas a norma subjetiva não o fazia. Para justificar a discrepância, Edwards (2011) utilizou-se dos dados sociodemográficos, considerando que em seu estudo a amostra estava composta por mulheres universitárias, enquanto o de Byrne e Arias (2004) contou com mulheres violentadas que procuraram ajuda em instituições comunitárias. Já Byrne e Arias (2004) especularam que as normas subjetivas não se relacionaram com a intenção de saída de um relacionamento abusivo porque muitas das mulheres de sua amostra não revelavam o abuso para outras pessoas. Entretanto, a pesquisa com mulheres universitárias sugere que aproximadamente 75% delas divulgam a violência para outras pessoas com idade semelhante (EDWARDS; DARDIS; GIDY CZ, 2012). Além disso, a maioria das mulheres universitárias vivem em proximidade com outros indivíduos, de modo que, o isolamento não é um fato provável para elas como pode ser para mulheres não universitárias.

Através da correlação de *Spearman* notou-se correlações significativas entre os construtos da teoria e as variáveis sociodemográficas acerca da religião, filhos e viver ou ter vivido um relacionamento abusivo. Este resultado parece indicar influência destas variáveis frente a intenção de permanecer em um relacionamento abusivo e, portanto, devem ser consideradas.

Os dados da pesquisa de Edwards (2011) são consistentes com os resultados deste estudo e evidenciam que apesar de tratarem de mulheres universitárias de diferentes contextos socioeconômicos, sendo Brasil e Estados Unidos da América os países retratados, a Teoria da Ação Planejada parece indicar a representatividade da Norma Subjetiva frente a predição do comportamento de permanecer/sair de um relacionamento abusivo. Embora a literatura refira o poder preditivo da Teoria da Ação Planejada diante da determinação da intenção comportamental frente a diferentes comportamentos, Conner e Armitage (1998) já defenderam a inclusão de outras variáveis, com o intuito de maximizar a explicação da variabilidade motivacional e o poder

preditivo deste modelo teórico. Entretanto, a seleção destas variáveis depende de sua importância para a compreensão do comportamento estudado.

Conclusões

Os resultados desta pesquisa revelam que relacionamento abusivo tem sido definido enquanto desamparo, tipificação da violência e aprisionamento, ou seja, define-se a partir de uma prática de controle e indutora de culpa, além das violências física, psicológica, sexual e patrimonial enquanto práticas características desses relacionamentos e por fim, define-se como perda de liberdade e resultado da perspectiva da mulher enquanto propriedade masculina.

Além disso, a AMPRA apresentou variância explicada significativa e, deste modo, pode auxiliar no aprimoramento desta temática através de estudos posteriores e, pode servir também como ponto de partida para a criação de instrumentos de avaliação, dado que a Escala AMPRA apresenta boas qualidades psicométricas, que permitem sua utilização enquanto ferramenta no auxílio de estudos mais amplos, assim como, à elaboração de estratégias interventivas capazes de minimizar os danos sofridos pelas vítimas. Para a amostra populacional deste estudo, apenas as normas subjetivas relacionaram-se significativa e positivamente com a intenção de permanecer em um relacionamento abusivo. De modo que, a partir do modelo teórico proposto, atitudes e controle comportamental percebido não apresentaram correlações importantes com a intenção. Portanto, a pressão social percebida para a realização do referido comportamento apresenta-se como determinante fundamental, enquanto que a (des)favorabilidade, aliada à percepção de obstáculos e recursos para a execução deste comportamento, não desempenham papel significativo. Este resultado é capaz de revelar a quão enraizada está a cultura machista e, o quanto tem afetado a vida de mulheres brasileiras. Aliado a isso, este resultado parece indicar que a Teoria da Ação Racional talvez possa apresentar um modelo mais ajustado na análise deste tipo de comportamento, considerando, especialmente, o papel pouco expressivo do controle comportamental percebido. Assim como pode sugerir novas investigações que analisem a predição deste comportamento, a partir da TAP,

com maior robustez, através da modelagem por equações estruturais, por exemplo.

Finalmente, reconhece-se suas limitações, especialmente relacionadas às variáveis que podem desempenhar influência sobre a permanência em um relacionamento abusivo, além dos construtos propostos por Fishbein e Ajzen, as variáveis sociodemográficas, a exemplo de idade, religião, filhos e ter experienciado um relacionamento abusivo pode influenciar na intenção para realiza-lo. E, finalmente, embora a arquitetura desta pesquisa tenha se cercado de cuidados, com o objetivo de minimizar os vieses, as crenças salientes, levantadas por meio de pesquisa qualitativa, por exemplo, não estão livres desses vieses.

Conclusões

Objetivou-se compreender como se dá o processo decisório de manutenção/desistência do relacionamento abusivo, com base na Teoria da Ação Planejada, de modo a identificar as crenças femininas acerca deste fenômeno. Para tanto, esta dissertação dividiu-se em três artigos, correspondentes a cada capítulo deste trabalho. O primeiro deles objetivou identificar, na produção científica, os estudos que se utilizaram da Teoria da Ação Planejada e/ou Teoria da Ação Racional para investigar a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos. De modo a identificar a produção científica acerca desta temática e, notar as lacunas existentes que embasem o desenvolvimento de outros estudos. Esta etapa da pesquisa permitiu identificar a escassez de estudos que aliem esta perspectiva teórica ao referido comportamento. Foram localizados apenas três artigos que contemplassem estes critérios, sendo dois de discussão teórica e apenas um trata-se de um estudo empírico. Além disso, foi possível notar o quanto esta discussão é antiga e, ainda assim, bastante atual.

O segundo artigo, apresentado no segundo capítulo desta dissertação, objetivou analisar as crenças femininas a respeito da permanência de mulheres em relacionamentos abusivos, embasando-se na perspectiva da Teoria da Ação Planejada. Os principais resultados das entrevistas feitas para este estudo apontam Atitudes de Desfavorabilidade, Impeditivos à Saída e Imposição Social. Em outras palavras, as atitudes revelaram que as mulheres entrevistadas são desfavoráveis à permanência em relacionamentos abusivos, considerando, em especial, o controle exercido sobre a vítima, em relação às suas vestimentas e às suas redes sociais e de apoio. A Imposição Social, referente à Norma Subjetiva, revelou a religião e a família como fatores que podem desempenhar papel antagônico, seja enquanto fator proteção, seja enquanto fator de risco. Os Impeditivos à Saída, referente ao construto do Controle Comportamental Percebido, evidenciaram as dependências financeira e emocional, aliada à proteção dos filhos como os principais obstáculos para a saída destes relacionamentos. Através deste estudo pode-se indicar que atitudes e controle comportamental percebido foram os construtos capazes de predizer mais significativamente a intenção feminina de permanecer em um relacionamento

abusivo. Desta maneira, pode-se afirmar que a norma subjetiva, ou seja, a pressão social percebida para execução ou não deste comportamento exerce pouca função de predição.

O terceiro artigo, apresentado no terceiro capítulo desta dissertação, teve o objetivo de desenvolver um instrumento capaz de identificar atitudes e crenças de mulheres acerca da permanência em relacionamentos abusivos, assim como avaliar suas propriedades psicométricas, embasando-se na Teoria da Ação Planejada. Além disso, objetivou categorizar as definições acerca de relacionamento abusivo. Os resultados deste estudo evidenciam a compreensão de relacionamento abusivo enquanto Desamparo, Tipificação de Violência e Aprisionamento, definindo-o enquanto prática de controle e indutora de culpa, apontando as violências física, psicológica, sexual e patrimonial como tipos de violências possíveis nestes relacionamentos, além disso notou-se a perda de liberdade e, finalmente, apontaram estes relacionamentos como resultado da noção da mulher enquanto propriedade masculina. Em relação à Escala de Atitudes para Mulheres sobre a Permanência em Relacionamentos Abusivos, o instrumento apresentou boas qualidades psicométricas e, pode servir de ferramenta para estudos posteriores. E, finalmente, para a amostra deste estudo, apenas as normas subjetivas apresentaram poder de explicação na intenção de permanecer em um relacionamento abusivo. Além disso, as variáveis sociodemográficas (religião, filhos e ter experienciado um relacionamento abusivo) desempenharam papel significativo frente a intenção comportamental. Desta maneira, a partir da perspectiva teórica apresentada, atitudes e controle comportamental percebido não apresentaram relações importantes com a intenção.

Estes achados podem contribuir com a literatura, no sentido de apresentar uma definição ampla de relacionamento abusivo, além de evidenciar as crenças acerca dos principais fatores que podem influenciar na permanência em relacionamentos abusivos, aliado a um instrumento que avalia a intensidade destas crenças a partir do modelo teórico adotado. Dito isto, é possível que estes resultados auxiliem no desenvolvimento de políticas públicas mais contextualizadas e eficazes para o enfrentamento a este tipo de violência e/ou no desenvolvimento de ações/programas interventivos mais pontuais que,

essencialmente, acolham as vítimas em suas fragilidades e potencialize suas habilidades, distanciando-se de qualquer tipo de (pré)julgamento.

Além disso, estes resultados permitem apontar a necessidade de novos estudos que contemplem este fenômeno, dada a escassez apontada no primeiro artigo. Aliado a isso, é importante referir a complexidade deste fenômeno e, realizar estudos que contemplem mulheres de diferentes regiões e diferentes níveis socioeconômico e educacional, considerando a independência da existência deste fenômeno para todos estes níveis. Além disso, o segundo estudo demonstrou atitudes e controle comportamental como conteúdos mais representativos da análise lexical. Enquanto no terceiro estudo, apenas a norma subjetiva apresentou correlações positivas e significativas com a intenção comportamental, indicando sua capacidade preditora.

À guisa de conclusão, esta dissertação indica a validade nomológica tanto dos aspectos teórico-metodológicos da Teoria da Ação Planejada, quanto os aspectos sociais que permeiam o fenômeno estudado. É importante referir que a ciência pode desempenhar papel de destaque frente a ele e, contribuir para a minimização de desigualdades que o permeiam. Por fim, destaca-se que o machismo, presente em nossa sociedade patriarcal, reforça a prática desta violência e despreza os danos que esta pode causar.

Referências

ABRAHAM, C.; SHEERAN, P. Implications of goal theories for the theories of reasoned action and planned behaviour. *Current Psychology*, v. 22, n. 3, p. 264-280, 2003.

ADEODATO, V. G., CARVALHO, R. R., SIQUEIRA, V. R., SOUZA, F. G. M. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. *Revista Saúde Pública*, 2005.

AJZEN, I. Constructing a TPB Questionnaire: Conceptual and Methodological Considerations. 2002. Disponível em: <http://www.apcc.online.pt/upload/membro.id/ficheiros/i005562.pdf>. Acesso em: 7 de fev. de 2018.

AJZEN, I. FISHBEIN, M. Understanding attitudes and predicting social behavior. New Jersey: Prentice-Hall, 1980.

AJZEN, I. From intention to actions: A theory of planned behavior. In J. Kuhl & J. Bechmann (Eds), *Action Control: From Cognitions to Behavior*, pp. 11-39. New York: Springer-Verlag, 1985.

AJZEN, I. From intention to actions: A theory of planned behavior. In J. Kuhl & J. Bechmann (Eds), *Action Control: From Cognitions to Behavior*, pp. 11-39. New York: Springer-Verlag, 1985.

AJZEN, I. The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 1991.

ARMITAGE, C. J. Can the theory of planned behavior predict the maintenance of physical activity?. *Health Psychology*, v. 24, n. 3, p. 235, 2005.

BARBOZA, L. T. P. S.; OLIVEIRA, M. R. Políticas públicas de combate à violência doméstica: Uma análise comparativa no município de Itaocara-RJ. (Trabalho de Conclusão de Curso). *Repositório Institucional Universidade Federal Fluminense*, 2016.

BASCOM, R. G. D. Mulheres indígenas em situação de violência doméstica e a aplicação/efetividade da lei Maria da Penha. 111 f., il. Monografia (Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça). Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BELL, K. M., NAUGLE, A. E. Understanding stay/leave decisions in violent relationships: A behavior analytic approach. *Behavior and Social Issues*, 2005.

BOLLAS, C. La estructura de la maldad. Texto não publicado. Mimeo, 2008.

BORSA, J. C.; DAMASIO, B. F.; BANDEIRA, D. R. Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: algumas considerações. *Paidéia* (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 22, n. 53, p. 423-432, Dec. 2012.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco180-10meses-1.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2016.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde. (Caderno de Atenção Básica, 8), 2001.

BRASIL. Presidência da República. Política Nacional de Enfrentamento à violência contra as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2016. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher/balanco180-2015.pdf/view>. Acesso em: 10 de novembro de 2017.

BROCKNER, J., RUBIN, J. Z. Entrapment in escalating conflicts: A social psychological analysis. New York, *SpringerVerlag*, 1985.

BYRNE, C. A., & ARIAS, I. Predicting women's intentions to leave abusive relationships: An application of the theory of planned behavior. *Journal of Applied Social Psychology*, 2004, 34, 2586-2601.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A, M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas psicol [on line]*. 2013, 21(2):513- 18.

CARDOSO, I. VIEIRA. V. A mídia na culpabilização da vítima de violência sexual: o discurso de notícias sobre estupro em jornais eletrônicos. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 7, p. 69-85, dez, 2014.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C. Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar). Nota Técnica Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2014.

CHOICE, P., LAMKE, L. K. A conceptual approach to understanding abused women's stay/leave decision. *Journal of Family Issues*, 1997, 18, pp. 290 – 314.

CITELI, M. T. NUNES, M. J. F. R. Violência simbólica: a outra face das religiões. *Cadernos Católicas Pelo Direito de Decidir*. Vol./No. 14. São Paulo: Católicas Pelo Direito de Decidir, 2010.

COHEN, W. B.; MAIERSPERGER, T. K.; GOWER, S. T.; TURNER, D. P. An improved strategy for regression of biophysical variables and Landsat ETM+ data, *Remote Sensing of Environment*, Volume 84, Issue 4, 2003, p. 561-571.

CONNER, M.; ARMITAGE, C. J. Extending the theory of planned behavior: a review for further research. *J Appl Soc Psychol*. 1998; 15:1429-64.

CONNER, M.; NORMAN, P.; BELL, R. The theory of planned behavior and healthy eating. *Health Psychology*. 21(2):194-201, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução para regulamentação dos testes psicológicos. Resolução 02/2003. 2003. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/resolucoes/resolucao-n-2-2003/>. Acesso em 10 de março de 2018.

CORTEZ, M. B.; SOUZA, L. Mulheres (In)Subordinadas: O Empoderamento Feminino e suas Repercussões nas Ocorrências de Violência conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Brasília, 2008, Vol. 24 n. 2, pp. 171-180 [Acesso em: 8 de fevereiro de 2018]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v24n2/05.pdf>.

COURNEYA, K. S.; MCCAULEY, E. Cognitive mediators of the social influence – exercise adherence relationship: A test of the theory of planned behavior. *Journal of Behavioral Medicine*, 1995. 18, 499–515.

D'AMORIM, M. A. M. A Teoria da Ação Racional nos comportamentos de saúde. *Temas em Psicologia*, 2000.

DATA POPULAR. Instituto Patrícia Galvão. Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres, 2013. Disponível em: http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf. Acesso em: 8 de setembro de 2016.

DEEKE, L. P., BOING, A. F., OLIVEIRA, W. F., COELHO, E. S. A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. *Saúde e Sociedade*, 2009.

DEL PRIORE, M. Histórias e conversas de mulher: Amor, sexo, casamento e trabalho em mais de 200 anos de história. 2. Ed. São Paulo: Planeta, 2014.

DESLANDES, S.F.; GOMES, R.; SILVA, C.M.F.P. Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*, 2000.

DREZETT, J. Violência sexual contra a mulher e impacto sobre a saúde sexual e reprodutiva. *Revista de Psicologia da UNESP*, v.2(1), p. 36-50, 2003.

DUTRA, M.L. PRATES, P.L. NAKAMURA, E. VILLELA, W. V. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. *Ci Saúde Coletiva*. 2013.

DUTTON, D. G.; PAINTER, S. L. Traumatic bonding: The development of emotional attachments in battered women and other relationships of intermittent abuse. *Victimology*, 1981, 6, pp. 139 – 155.

EDWARDS, K. M.; MURPHY, M. J.; GIDY CZ, C. A. Leaving an abusive dating relationship: A prospective analysis of the investment model and theory of planned behavior. *Journal of Interpersonal Violence*, 2014.

EDWARDS, K. Leaving an Abusive Dating Relationship: An Analysis of the Investment Model and Theory of Planned Behavior. (Electronic Thesis or Dissertation). 2011.

EDWARDS, K. M., DARDIS, C., & GIDY CZ, C. A. Women's disclosure of dating violence: A mixed methodological study. *Feminism and Psychology*, 2012, 22, 507-517.

FERREIRA-SANTOS, E. Ciúme: O medo da perda. São Paulo: Claridade, 2003.
FESTINGER, L. A theory of social comparison processes. *Human Relations*, v. 7, p. 117 – 140, 1954.

FISHBEIN, M. AJZEN, I. Belief, attitude, intention and behavior: An introduction to theory and research. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley, 1975.

FISHBEIN, M.; AJZEN, I. Predicting and changing behavior: The reasoned action approach. New York: Taylor & Francis, 2010.

FLEISCHFRESSER, I. Estudo sobre as atitudes dos jovens motoristas de Campo Grande – MS. Dissertação de mestrado em Psicologia. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande – MS, 2005.

FONSECA, D. H.; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. Violência doméstica contra a mulher: realidade e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*. 2012; 24 (2): 307-14.

GIORDANO, P.C., SOTO, D., MANNING, W.D., LONGMORE, M.A. The characteristics of romantic relationships associated with teen dating violence. *Social Science Research*, 2010, p. 39. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/11643/1/2013_art_npgomes.pdf. Acesso em 15 de junho de 2016.

GOMES, N. P., CARVALHO, M. R. S., COUTO, T. M., DINIZ, N. M. F. Violência conjugal e o atendimento da mulher na delegacia e no serviço de saúde. *Revista Baiana de Enfermagem*, 2013. Salvador, v. 27, n. 2, pp. 146-53.

GOMEZ, A. M.; SPEIZER, I. L.; MORACCO, K. E. Linkages between gender equity and intimate partner violence among urban brazilian youth. *Journal of Adolescent Health*, 2011. 49(4), 393-399.

GONZALEZ, R. A. Esforço discricionário no trabalho: um estudo à luz da teoria da ação planejada / Ricardo Alonso Gonzalez. – 2016. 241 f.

GRACIA, E.; MERLO, J. Intimate partner violence against women and the Nordic paradox. *Social Science & Medicine*. Oxford, v. 157, n. 1, p. 27-30, Mar. 2016.

PASQUALI, L. Princípios de elaboração de escalas psicológicas. *Rev Psiquiatr Clín*, 1998 Set-Out; 25(5):206-13. 13.

HEIDEMANN, L. A.; ARAUJO, I. S.; VEIT, E. A. Um referencial teórico-metodológico para o desenvolvimento de pesquisas sobre atitude: a Teoria do Comportamento Planejado de Icek Ajzen. *Revista electrónica de investigación en educación en ciencias – REIEC*, ISSN 1850- 6666, volume 7, n 8, p. 1-10, 2012.

HIRIGOYEN, M. A Violência no Casal: da coação psicológica à agressão física. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

INSTITUTO AVON. Percepções dos homens sobre a violência doméstica contra a mulher, 2013. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/12/folderpesquisa_instituto22x44_5.pdf. Acesso em: 8 de setembro de 2016.

IPEA, Instituto de Pesquisa econômica e Aplicada, Brasília. Mortalidade de Mulheres por agressões no Brasil: perfil e estimativas corrigidas (2011-2013). Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2179.pdf. Acesso em: 10 de novembro de 2017.

KELLY, J. B., e JOHNSON, M. P. Differentiation among types of intimate partner violence: Research update and implications for interventions. *Family Court Review*. New York, v. 46, n. 3, p. 476-499, July. 2008.

KIM, J., GRAY, K. Leave or stay?: Battered women's decision after intimate partner violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 2008.

LAHLOU S. Text mining methods: an answer to Chartier and Meunier. *Papers on Social Representations* [Internet]. 2012; 20:38.1-39.7

LEMES, V. S. Levantamento parcial de dados sobre a violência conjugal e familiar em Uberlândia/2001. *Gênero em pesquisa*, Uberlândia, n. 18, p. 35-45, 2002.

LIMA, G. Q., WERLANG, B. S. G. Mulheres que sofrem violência doméstica: contribuições da psicanálise. *Psicologia em Estudo*, 2011.

LIMA, T. C.; GALLANI, M. C. B. J.; FREITAS, M. I. P. Validação do conteúdo de instrumento para caracterizar pessoas maiores de 50 anos portadoras do Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida. *Acta Paul Enferm*, 2012, Mai; 25(1):4-10. 14.

MACIEL, M. G.; VEIGA, R. T. Intenção de mudança de comportamento em adolescentes para a prática de atividades físicas de lazer. *Rev Bras Educ Fís Esp*, 2012, v. 26, n. 4, p. 705-16.

MARQUES, T. M. Violência Conjugal: Estudo sobre a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos. 291f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Psicologia, 2005. Disponível em:< <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/1516>.> Acesso em 12 de setembro de 2016.

MATOS, E. B.; VEIGA, R. T.; REIS, Z. S. N. Intenção de uso de preservativo masculino entre jovens estudantes de Belo Horizonte: um alerta aos ginecologistas. *Revista Brasileira de Ginecologia & Obstetrícia*, 2009, 31(11), 574-580.

MENEGHEL, S. M. BAIROS, F. MULLER, B. MONTEIRO, D. OLIVEIRA, L. P. COLLAZIOL, M. E. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad Saúde Pública*. 2011.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. Lei Maria da Penha & Direitos da Mulher. Brasília, 2011. Disponível em < <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/mulher/cartilha-maria-da-penha-e-direitos-da-mulher-pfdc-mpf> >. Acesso em: 8 de fev. de 2018.

MIRANDA, M P. M., PAULA, C.S., BORDIN, I. A. Violência conjugal física contra a mulher na vida: prevalência e impacto imediato na saúde, trabalho e família. *Revista Panamericana de Salud Publica*, 2010.

MIZUNO, C. FRAID, J, A. CASSAB, L. A. Violência contra a mulher: por que elas simplesmente não vão embora? I Simpósio sobre estudos de gênero e políticas públicas. Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/.pdf>. Acesso em: 08 de novembro de 2017.

MOURA, L. B. A., REIS, P. E. D., FAUSTINO, A. M., GUILHEM, D., BAMPI, L. N. S., MARTINS, G. Vivências de violência experimentadas por mulheres do distrito federal: estudo descritivo. *Online Brazilian Journal of Nursing*, 2011. Disponível em: <http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/viewFile/3534/1106>. Acesso em: 12 de setembro de 2016.

MOUTINHO, K.; ROAZZI, A. As Teorias da Ação Racional e da Ação Planejada: relações entre intenções e comportamentos. *Avaliação Psicológica*, v.9, n.2, p. 279-287, 2010.

MYERS, D. Psicologia social [recurso eletrônico] / David G. Myers; tradução: Daniel Bueno, Maria Cristina Monteiro, Roberto Cataldo Costa; revisão técnica: Elaine Rabelo Neiva, Fabio Iglesias. – 10. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: AMGH, 2014.

NARVAZ, M.G.; KOLLER, S. H. Mulheres Vítimas de Violência Doméstica: Compreendendo Subjetividades Assujeitadas. Porto Alegre: PUCRS; 2006.

OLIVEIRA, P. P. et al. Mulheres vítimas de violência doméstica: uma bordagem fenomenológica. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2015, Jan-Mar; 24(1): 196-203. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tce/v24n1/pt_0104-0707-tce-24-01-00196.pdf. Acesso em: 08 de novembro de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and nonpartner sexual violence. Geneva (SW): World Health Organization; 2013.

PAZO, C. G., AGUIAR, A. C. Sentidos da violência conjugal: análise do banco de dados de um serviço telefônico anônimo. *Physis*, 2012.

PASQUALI, L. Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração. Laboratório de Pesquisa em Avaliação e Medida (LabPAM) - Instituto de Psicologia. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

PEDROSA, C. M. A construção de uma ferramenta social para promoção da saúde e dos direitos das mulheres. *Paidéia*, Ribeirão Preto, 2009, v. 19, n. 42, pp. 123-130.

PEIXOTO, A. F. NOBRE, B. P. R. A responsabilização da mulher vítima de estupro. *Revista Transgressões: CIÊNCIAS CRIMINAIS EM DEBATE*, Natal, v. 3, n. 1, p.227-239, maio 2015.

PESTANA, M. H. GAGEIRO, J. N. Análise de dados para as Ciências Sociais: a complementaridade do SPSS. 3. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2003

RAFAEL, R. M. R., MOURA, A. T. M. S. Considerações éticas sobre pesquisas com mulheres em situação de violência. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 2013, 66(2), pp. 287-290.

RHATIGAN, D. L., STREET, A. E., AXSOM, D. K. A Critical Review of Theories to Explain Violent Relationship Termination: Implications for Research and Intervention. *Clinical Psychology Review*, 2006, 26 (3), pp. 321–45.

ROAZZI, A. et. al. Da Teoria da Ação Racional à Teoria da Ação Planejada: Modelos para explicar e prever o comportamento. *Revista AMAzônica*. Ano 7; Vol. XIII, número 1, Jan Jun, 2014.

RUSBULT, C. E. Commitment and satisfaction in romantic associations: A test of the investment model. *Journal of Experimental Social Psychology*, 1980, 16, pp. 172 – 186.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTI, L. N.; NAKANO, M. A. S.; LETTIERE, A. Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social. *Texto Contexto Enferm*. 2010 Jul-Set; 19(3):417-24.

SANTOS, M. A. VIEIRA, E. M. Recursos sociais para apoio às mulheres em situação de violência em Ribeirão Preto, SP na perspectiva de informantes-chave. *Interface Com Saúde Edu*. 2011.

SCHRAIBER, L. B. D'OLIVEIRA, A. F. P. L. KISS, L. B. DURAND, J. G. HANADA, H. LAGO, T. G. et al. Saúde da Mulher, Relações Familiares e Serviços de Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) em duas Capitais - Recife e São Paulo

[Caderno de Primeiros Resultados extraídos do Relatório Final de Pesquisa ao CNPq]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina, 2007.

SCHRAIBER, L. B., D'OLIVEIRA, A. F. PL., FRANÇA-JUNIOR, I., PINHO, A. A. Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. *Revista de Saúde Pública*, 2002. 36(4), pp. 470-477.

SCHWARZ, N.; CLORE, G. L. Mood, misattribution, and judgments of well-being: Informative and directive functions of affective states. *Journal of Personality and Social Psychology*, 1983, 45, 513–523.

SILVA, C. N. da; LUCENA, E. A. D. de; SANTOS, D. S. Entre lobos: feminicídio e violência de gênero em Alagoas. Maceió, AL: Edufal, 2015.

SILVA, E. P. LUDERMIR, A. B. ARAÚJO, T. V. B. VALONGUEIRO, S. A. Frequência e padrão de violência por parceiro íntimo antes, durante e depois da gravidez. *Rev Saude Publica* 2011.

SILVA, L.; COELHO, E.; CAPONI, S. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 2007.11 (21), 93-103.

SILVA, M. A., FALBO, N. G. H., CABRAL, F. J. E. Maus-tratos na infância de mulheres vítimas de violência. *Psicologia em Estudo*, 2009. 14(1): pp. 121-127.

SINCLAIR, L. C. A. Por que a mulher permanece em um relacionamento violento? In: L. C. de A. Williams, J. M. D. & Maia, K. de S. A. Rios (Orgs). *Aspectos psicológicos da violência: pesquisa e intervenção cognitivo-comportamental* (pp. 84-91). Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2010.

SOARES, B. M. Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOARES, M. B. Enfrentando a violência contra a mulher. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

SOMMACAL, C. L.; TAGLIARI, P. A. A cultura de estupro: o arcabouço da desigualdade, da tolerância à violência, da objetificação da mulher e da culpabilização da vítima. *Revista da Esmesc*, v. 24, n. 30, p. 245-268, 2017.

STRÖHER, M. J. O que espero da religião? Palavras que me tragam para a vida! Mulheres tomam a palavra sobre religião e o discurso religioso na produção e na reprodução da violência sexista. In: OROZCO, Yury Puello (org.). *Religiões em Diálogo: Violência contra as Mulheres*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2009.

STRUBE, M. J. The decision to leave an abusive relationship: Empirical evidence and theoretical issues. *Psychological Bulletin*, 1988. 104(2), pp. 236-250.

THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. *Revista Brasileira de Pesquisas em Marketing (PMKT)*, 2009, 9 (1), 20-27.

TOMITA, L. E. Corpo e Cotidiano: a experiência de mulheres de movimentos populares desafia a teologia feminista da libertação na América Latina. Tese de Doutorado. São Bernardo do Campo: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo – Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, 2004.

UNITED NATIONS. General Assembly Resolution nº 48/104 of 20 December 1993. *Declaration on the elimination of violence against women*. Geneva: Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, 1993.

VENTURA, M.; FREDERICO-FERREIRA, M.; MAGALHÃES, M. Violência nas relações de intimidade: Crenças e atitudes de estudantes do ensino secundário. *Revista de Enfermagem Referência*, 2013. 3(11), 95-103.

WAILSELFISZ, J. J. Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil. 1ª. ed. Brasília, (DF); 2015.

Anexos

ANEXO I

Termo de Consentimento Livree Esclarecido (Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12)

Eu, _____, tendo sido convidad(o,a) a participar como voluntári(o,a) do estudo “*A intenção feminina de permanecer em um relacionamento abusivo*”, a ser realizado na Universidade Federal de Alagoas – Campus A. C. Simões, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Sheyla C. Santos Fernandes e conduzido pela pesquisadora Ingridd Raphaelle Rolim Gomes, aluna do mestrado de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, recebi as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

1. Que o estudo se justifica pela necessidade de ampliação de conhecimentos relacionados aos aspectos envolvidos acerca da violência contra a mulher.
2. Que os objetivos da pesquisa são: compreender como se dá o processo decisório de manutenção/desistência do relacionamento abusivo, baseando-se no referencial teórico da Teoria da Ação Planejada; identificar as crenças positivas e negativas do comportamento de permanecer em um relacionamento abusivo; identificar os referentes modais salientes no comportamento de permanecer em um relacionamento abusivo; e construir um questionário sobre a Intenção Comportamental feminina de permanecer em um relacionamento abusivo.
3. Que a importância desse estudo envolve a possibilidade de contribuir com as políticas públicas locais que envolvem a violência contra a mulher, especialmente, aos aspectos preventivos.
4. Que este estudo só irá se iniciar após aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa.
5. Que o estudo será feito da seguinte maneira: entrevistas abertas individuais e aplicação individual de questionários com mulheres regularmente matriculadas na Universidade Federal de Alagoas, Campus A. C. Simões.
6. Que os possíveis riscos à minha saúde física e mental são: a) perda de tempo com a minha participação neste estudo, sendo minimizado pela explicação de todos os passos metodológicos antes da assinatura do TCLE e explicação dos objetivos da pesquisa, estando ciente que a minha participação contribuirá com o desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento da violência contra a mulher; b) constrangimento por não saber responder algumas ou todas as questões do roteiro de entrevista, minimizado pela liberdade de não responder nada que eu não me convenha, tendo garantias no sigilo das informações obtidas conforme descrito anteriormente; d) insatisfação e/ou irritação por ter meu discurso gravado, podendo me negar caso não concorde.

7. Que caso haja algum desconforto de ordem mental provocado pela pesquisa eu poderei contar com a assistência da pesquisadora responsável Profa. Dra. Sheyla C. S. Fernandes.

8. Que os benefícios que deverei esperar com a minha participação, mesmo que não diretamente são: a) a ampliação e divulgação de conhecimentos relacionados à permanência de mulheres em relacionamentos abusivos; b) o retorno à Universidade sobre os resultados obtidos na pesquisa; c) a possibilidade de tomar conhecimento e ser sensibilizado acerca da importância da realização de estudos que contribuam com o desenvolvimento de estratégias mais efetivas para lidar com a violência contra a mulher.

9. Que eu serei informada sobre o resultado final desta pesquisa e sempre que desejar serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

10. Que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do estudo e, também, que eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo.

11. Que a gravação da entrevista com gravador só será realizada com a minha permissão, bem como a sua transcrição na íntegra.

12. Que as informações conseguidas através da minha participação não permitirão a identificação da minha pessoa, exceto pela equipe de pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto. Garantindo o sigilo absoluto do meu nome na divulgação dos resultados.

13. Que o estudo não acarretará nenhuma despesa para mim.

14. Que eu serei indenizado por qualquer dano que venha a sofrer com a participação na pesquisa.

15. Que eu receberei uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pela pesquisadora responsável e por mim.

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Contato de urgência: Sr(a). Ingridd Raphaele Rolim Gomes

Domicílio: (rua, praça, conjunto): Rua Dr. Abelardo Pontes Lima, 118

Bairro: Gruta de Lourdes/CEP: 57052-695/ Cidade: Maceió/Telefone: 9 9642-0930

Ponto de referência: Próximo ao Hiper Farol

Endereço d(os,as) responsável(l,is) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):
Instituição: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Instituto de Psicologia
Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro dos Martins, CEP: 57072-900, Maceió/AL.

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:
Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas.
E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com
Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n, Cidade Universitária – Maceió – AL, CEP:57072-900.

Maceió, _____ de _____ de 2017.

Assinatura ou impressão datiloscópica d(o,a) voluntári(o,a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas	Nome e Assinatura do(s) responsável(eis) pelo estudo (Rubricar as demais páginas)

ANEXO II

Instrumento do Estudo I

Dados Sociodemográficos

Idade:

Estado civil:

Você está vivendo algum relacionamento?

Se sim, qual a modalidade (namoro, noivado, casamento, casual)?

Há quanto tempo?

Roteiro de entrevista

- 1) O que lhe vem à mente quando falo em relacionamento abusivo?
- 2) O que caracteriza um relacionamento abusivo?
- 3) Quais as vantagens de permanecer em um relacionamento abusivo?
Em caso de a resposta anterior ser “nenhuma”, perguntar: Qual a vantagem que você acredita que as mulheres que permanecem em relacionamento abusivo percebem para permanecer?
- 4) Quais as desvantagens de permanecer em um relacionamento abusivo?
- 5) Que tipo de pessoas você acha que permanecem em um relacionamento abusivo?
- 6) Que pessoas e/ou grupos aprovariam que você permanecesse em um relacionamento abusivo?
Em caso de a resposta anterior ser “ninguém”, perguntar: Quais pessoas e/ou grupos você acha que apoiam as mulheres que permanecem?
- 7) Que pessoas e/ou grupos desaprovaram que você permanecesse em um relacionamento abusivo? (Em caso de resposta como ‘família’, especificar o parentesco)
- 8) Que fatores facilitariam sua permanência em um relacionamento abusivo?
- 9) Que fatores dificultariam sua permanência em um relacionamento abusivo?
- 10) O que você acha que pode ajudar alguém a sair de um relacionamento abusivo?
- 11) Em sua opinião, porque algumas mulheres permanecem em um relacionamento abusivo?
- 12) Você já viveu um relacionamento abusivo?
() SIM () NÃO
- 13) Você acha que as mulheres devem permanecer em um relacionamento abusivo?
() SIM () NÃO Justifique sua resposta.
- 14) Entre as mulheres que você convive, é comum permanecer em um relacionamento abusivo?
() SIM () NÃO Justifique sua resposta.

ANEXO 3
Instrumento do Estudo II

Por favor, responda cada questão abaixo assinalando o número que melhor descreve sua opinião, numa escala que vai de “**discordo plenamente**” a “**concordo plenamente**”.

RESPONDER	DISCORDO ←			→	CONCORDO		
	TOTALMENTE				TOTALMENTE		
1. As mulheres permanecem em um relacionamento abusivo por ingenuidade	1	2	3	4	5	6	7
2. Não ter a liberdade de sair com as amigas é abusivo em um relacionamento	1	2	3	4	5	6	7
3. Na opinião da minha família eu não devo permanecer em um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7
4. As mulheres permanecem em um relacionamento abusivo por medo de se sentirem sozinhas	1	2	3	4	5	6	7
5. Não tenho a intenção de permanecer em um relacionamento abusivo para proteger meus filhos	1	2	3	4	5	6	7
6. Para sair de um relacionamento abusivo é preciso independência financeira	1	2	3	4	5	6	7
7. Os filhos podem ser um impedimento para a saída de mulheres de relacionamentos abusivos	1	2	3	4	5	6	7
8. Sentir-se culpada pela violência é normal para quem permanece em um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7
9. As mulheres permanecem em um relacionamento abusivo porque fazem por merecer	1	2	3	4	5	6	7
10. Não tenho a intenção de ser proibida pelo(a) meu/minha parceiro(a) de usar as roupas que gosto	1	2	3	4	5	6	7
11. Não ter a liberdade de usar as roupas que desejo é abusivo em um relacionamento	1	2	3	4	5	6	7
12. Na opinião da minha mãe eu devo permanecer em um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7
13. Para sair de um relacionamento abusivo é necessário amor próprio	1	2	3	4	5	6	7
14. As mulheres permanecem em um relacionamento abusivo porque são sensíveis	1	2	3	4	5	6	7
15. A culpa é um dos fatores que fazem com que as mulheres permaneçam em um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7
16. Não tenho a intenção de perder a liberdade de sair com minhas amigas por conta do meu/minha parceiro(a)	1	2	3	4	5	6	7
17. Na opinião das pessoas da minha igreja eu devo permanecer em um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7
18. Para sair de um relacionamento abusivo é necessário independência emocional	1	2	3	4	5	6	7
19. A cultura atual favorece a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos	1	2	3	4	5	6	7

20. Permitir que meu/minha parceiro(a) controle as roupas que uso é importante para permanecer em um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7
21. As mulheres permanecem em um relacionamento abusivo para proteger os seus filhos	1	2	3	4	5	6	7
22. Na opinião do meu pai eu devo permanecer em um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7
23. Para sair de um relacionamento abusivo é preciso não ter medo de estar sozinha	1	2	3	4	5	6	7
24. As mulheres permanecem em relacionamentos abusivos por conta da pressão social	1	2	3	4	5	6	7
25. Ter liberdade para a tomada de decisões é essencial para sair de um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7
26. Perder a liberdade para tomar decisões é abusivo em um relacionamento	1	2	3	4	5	6	7
27. As mulheres permanecem em um relacionamento abusivo por se preocuparem com as opiniões de outras pessoas	1	2	3	4	5	6	7
28. Na opinião de pessoas mais velhas eu devo permanecer em um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7
29. Para sair de um relacionamento abusivo é necessário o apoio da família	1	2	3	4	5	6	7
30. Muito tempo de relacionamento dificulta a saída das mulheres de um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7
31. Não ter uma vida social é normal para quem permanece em um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7
32. As mulheres permanecem em um relacionamento abusivo por conta dos filhos	1	2	3	4	5	6	7
33. Na minha opinião devo permanecer em um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7
34. Para sair de um relacionamento abusivo é preciso pensar a possibilidade de novos relacionamentos	1	2	3	4	5	6	7
35. Ser ingênua é necessário para permanecer em um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7
36. Ter apoio da família é essencial para sair de um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7
37. As pessoas cujas opiniões são importantes para mim, apoiariam que eu permanecesse em um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7
38. Para sair de um relacionamento abusivo é preciso fazer terapia	1	2	3	4	5	6	7
39. Na opinião das pessoas que me amam eu devo sair de um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7
40. Para sair de um relacionamento abusivo é necessário ser jovem	1	2	3	4	5	6	7
41. As mulheres permanecem em relacionamentos abusivos por acreditarem que o/a companheiro/a irá mudar	1	2	3	4	5	6	7
42. Ter apoio da religião é relevante para sair de um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7

43. Permanecerei em um relacionamento abusivo caso as pessoas cujas opiniões são importantes para mim sejam favoráveis	1	2	3	4	5	6	7
44. Eu planejo sair de um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7
45. Na opinião das mulheres, em geral, eu devo permanecer em um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7
46. Ser insegura facilita a permanência em um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7
47. Ter amor próprio é importante para sair de um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7
48. Permanecerei em um relacionamento abusivo caso meus pais achem que eu devo	1	2	3	4	5	6	7
49. Eu me esforçarei para permanecer em um relacionamento abusivo, caso isso me traga vantagens	1	2	3	4	5	6	7
50. Na opinião dos homens, em geral, eu devo permanecer em um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7
51. O que as outras pessoas pensam sobre meus relacionamentos não importa	1	2	3	4	5	6	7
52. Ter independência financeira é fundamental para sair de um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7
53. Permanecerei em um relacionamento abusivo caso as pessoas mais velhas achem que eu devo	1	2	3	4	5	6	7
54. Ter medo de ficar sozinha é importante para permanecer em um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7
55. Na minha opinião devo sair de um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7
56. Permanecerei em um relacionamento abusivo caso meus amigos de igreja achem que eu devo	1	2	3	4	5	6	7
57. Ter independência emocional é fundamental para sair de um relacionamento abusivo	1	2	3	4	5	6	7

Por favor, responda cada questão abaixo assinalando o número que melhor descreve sua opinião, numa escala que vai de “pouco” a “muito”.

RESPONDER	MUITO	←	→	POUCO			
58. O quanto você se importa com a opinião de sua família?	1	2	3	4	5	6	7
59. O quanto você se importa com a opinião da sua mãe?	1	2	3	4	5	6	7
60. O quanto você se importa com a opinião das pessoas mais velhas?	1	2	3	4	5	6	7
61. O quanto você se importa com a opinião do seu pai?	1	2	3	4	5	6	7
62. O quanto você se importa com a opinião das pessoas da sua igreja?	1	2	3	4	5	6	7
63. O quanto você se importa com a opinião do(a) seu/sua parceiro(a)?	1	2	3	4	5	6	7
64. O quanto você se importa com a opinião de seus amigos?	1	2	3	4	5	6	7
65. O quanto você se importa com a sua opinião?	1	2	3	4	5	6	7

Dados Sociodemográficos

Idade:

Sexo:

Orientação Sexual:

Estado de residência:

Possui religião?

Está em um relacionamento?

Se sim, que tipo de relacionamento (casual, namoro, noivado, casamento)?

Se sim, há quanto tempo?

Tem filhos?

Se sim, quantos filhos?

Vive ou já viveu um relacionamento abusivo?

Você conhece alguém que está ou esteve em um relacionamento abusivo?

Se sim, qual o seu parentesco com essa pessoa?

O que você entende por relacionamento abusivo?

ANEXO IV

Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa UFAL

- DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A intenção feminina de permanecer em um relacionamento abusivo

Pesquisador Responsável: Ingridd Raphaelle Rolim Gomes

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 64409517.5.0000.5013

Submetido em: 08/04/2017


Instituição Proponente: Instituto de Psicologia

Situação da Versão do Projeto: Aprovado

Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio



Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_796591